

TVR
N.º 43, DE 2023
(Do Poder Executivo)
MSC 751/2022
OF 778/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.103, de 16 de outubro de 2020, que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Botumirim, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 751

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 1.953, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Pioneira de Água doce do Norte de Radiodifusão Para Promoção da Cultura, Artes e Educação, no município de Água Doce do Norte - ES;

2 - Portaria nº 2.184, de 7 de junho de 2017 - Fundação Cultural e Comunitária Rio Novo, no município de Paulino Neves - MA;

3 - Portaria nº 1.086, de 16 de outubro de 2020 - Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina, no município de Petrolina - PE;

4 - Portaria nº 1.089, de 16 de outubro de 2020 - Associação Cultural Rádio Comunitária São João FM, no município de São João do Polêsine - RS;

5 - Portaria nº 1.095, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo, no município de Monte Carlo - SC;

6 - Portaria nº 1.103, de 16 de outubro de 2020 - Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, no município de Botumirim - MG;

7 - Portaria nº 2.865, de 18 de junho de 2021 - Associação Cultural de Tururu, no município de Tururu - CE;

8 - Portaria nº 3.356, de 13 de agosto de 2021 - Associação Amigos de Campo Bom, no município de Campo Bom - RS;

9 - Portaria nº 3.382, de 18 de agosto de 2021 - Grupo Cultural Semente do Vale, no município de Carbonita - MG; e

10 - Portaria nº 3.393, de 18 de agosto de 2021 - Associação e Rádio Comunitária Super, no município de Sorocaba - SP.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.



Brasília, 22 de Julho de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.011289/2016-89, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de novembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3253/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1103, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2020. [Portaria de Renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 05/11/2020 | Edição: 211 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.103/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000964/1999 e nº 01250.011289/2016-89, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de novembro de 2017, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 15702/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação da outorga de autorização de radiodifusão -
Processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata da renovação da outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 23/07/2021, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7915812** e o código CRC **81DC39AF**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 34228/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **01250.011289/2016-89**

Processo de Outorga nº: 53710.000964/1999

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Botumirim/MG**.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 26/11/2017. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia 26/10/2017, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 16/01/2017, às 11:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/01/2017, às 17:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1586024** e o código CRC **ED38C2F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 1586024



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49245/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Deca Guimarães, nº 04 - Bairro: Centro

39596000 / Botumirim - MG

CNPJ nº 00.800.411/0001-61

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 34228/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 18/01/2017, às 17:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1586033** e o código CRC **DAD81ECB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49245/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.011289/2016-89 - Nº SEI: 1586033

JR750434817BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
30/01/2017 09:43 BOTUMIRIM / MG

30/01/2017 09:43 BOTUMIRIM / MG	Objeto entregue ao destinatário
30/01/2017 09:36 BOTUMIRIM / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
27/01/2017 15:56 BOTUMIRIM / MG	A entrega não pode ser efetuada - Carteiro não atendido Será realizada nova tentativa de entrega
27/01/2017 15:15 BOTUMIRIM / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
24/01/2017 17:20 Brasília / DF	Objeto postado

01250 053531/2017-72

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Joaquim Emanuel nº 71 Centro Botumirim - MG, CEP 39596-000

CNP 10.925.979/0001-62

Ofício nº 007/2017

AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco , 3º Andar

CEP 70044-900/ Brasília – DF

Cumprimento-o cordialmente, em resposta ao ofício de nº 49245/2016/MCTIC, venho solicitar a renovação da outorga, que autoriza o Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim no município de Botumirim - MG a executar o serviço de Radiodifusão comunitária.

Segue em anexo a documentação conforme solicitada.

- 1 Requerimento de renovação, devidamente assinada.
- 2 Declaração firmada pelo representante legal, que a emissora funciona conforme a ultima autorização pelo Ministério das Comunicações e de acordo com regulamentação vigente.
- 3 Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrada no registro civil de pessoas jurídicas.
- 4 Ata de Eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada no registro de pessoas jurídicas.
- 5 Provas de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos e maiores de dezoito anos, conforme cópias dos documentos em anexo.

Sem mais para o momento antecipamos nossos agradecimentos

Atenciosamente,


José Ildeu Rodrigues da Silva

PRESIDENTE

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 28/08/17 às 14:30 horas
Assinatura: 

Ata de Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da Nova
Diretoria e Conselho Fiscal do Conselho Comunitário dos Mora-
dores e Amigos de Batumirim - MG.

Aos 08 dias do mês de janeiro do ano de 2017 reunidos
em primeira convocação, no local denominado Centro Social
na Rua Jequim Emanuel, 71, Centro Batumirim-MG os associa-
dos: Sebastião Batista de Andrade, brasileiro, casado residente a rua
São Geraldo, 01 CPF 432.622.386-49, RG M5364045; Maria Elzeth de
Andrade, brasileira, casada, residente a Rua São Geraldo, 01, portadora
CPF 586.308.996-20, RG MG5940355; Adriana das Graças Andrade e filha
brasileira, casada, residente a rua São Geraldo, 01, professora, CPF
044.534.406-77, RG 12.221.757; José Idem Rodrigues da Silva, brasileiro,
casado residente a Rua Gualter Jorges, 16, pedreiro, de CPF 503.502.506-
34, RG M8841777; Maria Lúcia Gomes de Souza, brasileira, viúva,
residente a Rua Grão Mogol S/N, trabalhadora Rural de CPF 029.454.
666-94, RG M8400.944; Neuge Justina Pontes, brasileira, casada, re-
sidente a rua São Mateus, 46, trabalhadora rural de CPF 044.632.
196-63, RG MG16565834; Maria Marlene Neves, brasileira, viúva,
trabalhadora rural, residente a Rua Grão Mogol, 16, de CPF 727.232.
466-04, RG M8787242; Rício José da Cruz, viúvo, Rício José Tex-
eira, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente a Rua Tito
Maxia, 22, CPF 936.714.238-20, RG MG17666667, Domizete Texeira
Pontes, brasileiro, solteiro, auxiliar de enfermagem, residente a Rua
Elpidio Mateus, 54, CPF 241.407.406-04, RG M3381999; Maria Cleoni-
ce do Nascimento, brasileira, solteira, ajudante de serviços Gerais,
CPF 051.642.676-16, RG MG11932837, residente a rua São Mateus, 34
José Nides Texeira, brasileiro, viúvo, aposentado, residente a rua
Ilomato Maria, 21, CPF 441.349.246-34, RG MG-3113493, Lígia Texeira
de Souza, brasileira, casada, trabalhadora Rural, residente na fazen-
da quatro-otavos, CPF 053.531.926-42, RG MG13954847, Elvino Guilher-
me Pontes, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente na
Fazenda quatro otavos, CPF 069.110.066-78, RG MG12483394, para deli-
berarem sobre os pontos pautados no edital de convocação, quais



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere
com o seu original. Dou fé.
Batumirim, 21 / 01 / 2017
Raimon Arley Batista
Raimon Arley Batista
ESCRIVENTE DESIGNADO

Emel: 116.4.180
TF: 116.1.49
Total: 116.6.125

Denivaldo Esteves Borges
Denivaldo Esteves Borges
ESCRIVENTE



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21 de 2017
Railson Arley Batista
Railson Arley Batista
ES. 21.2017.005.0000

Emol: 186,29
T.F.J.: 186,29
Total: 186,29

Denival Esteves Borges
DENIVAL ESTEVES BORGES
ESCREVENTE

CARTÓRIO DE REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.
Grão Mogol - Minas Gerais

Seguem: a) Retirada de associados; b) Inscrição de novos associados;
c) Eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal; d) Assuntos
Gerais; Presumiu a presidência dos trabalhos o Jor. José Elden
Rodrigues da Silva, presidente da associação Para secretariar
os trabalhos designou a Jra. Adriana das Graças Andrade e Silva
dando por instalada a assembleia. O presidente deu as
boas vindas a todos e colocou o primeiro item em votação.
Não houve inscrição de novos associados e nem retirada.
Após foi apresentada a chapa única inscrita para nova
diretoria e conselho fiscal que é constituída pelas seguintes
membros: Diretoria Presidente: José Elden Rodrigues da Silva,
brasileiro, casado, pedreiro residente a Rua Galter Inglês 16,
CPF 503.502.506-34, RG M8 841.777; Vice-Presidente: Sebastião Batista
de Andrade, brasileiro, casado, pedreiro, residente a rua João Gual-
do, 01, CPF 492.622.386-49, RG M5 301.045, Tesoureira: Maria Elzeth
de Andrade, brasileira, casada, auxiliar de enfermagem, residente
a rua João Geraldo, 01, CPF 586.308.906-20, RG-MG 5.940.355, Vice-Tes-
oureira: Neiza Justina Santos, brasileira, casada, trabalhadora
rural, residente a rua Lia Matos, 46, CPF 044.632.196-63, RG-MG
16.565.884; Secretário: Bonigete Ferreira Santos, brasileiro, solteiro,
auxiliar de enfermagem, residente a Rua Cipriano Matos, 54
CPF 241.407.406-04, RG-M3 381.999; Vice-Secretária: Adriana das Graças
Andrade e Silva, brasileira, casada, professora, residente a Rua
João Geraldo, 01, CPF 044.534.406-77, RG-MG 12.221.757; Conselho Fiscal
Membros efetivos: Dário Guilherme Santos, brasileiro, casado,
trabalhador rural, residente a Fazenda quatro oitavas, CPF 069
110.066-78, RG-MG 12.488.394, Elcio José Ferreira, brasileiro, casado,
trabalhador rural, residente a rua Tito Maria, 22 CPF 936
734.238-20; RG-MG 17.666.667, Maria Marlene Neves, brasileira, viúva,
trabalhadora rural, residente a rua Grão Mogol 16; Membros
Suplentes: Maria Clonice do Nascimento, brasileira, solteira,
ajudantes de serviços Gerais residente a rua Lia Matos, 34
CPF 051.642.676-16, RG M8 787.242; Maria Lucia Gomes de Souza
brasileira, viúva, trabalhadora rural, residente a rua Grão

Mogol 3/N, CPF 029.454.686-34, RG M8 400.944; José Tudes Ferreira Brasileiro, viúvo, aposentado, residente a rua Domato Maria, 21 CPF 441.349.246-34, RG MG 3.113.198; Após a apresentação da chapa única foi realizada a eleição, por aclamação, na qual todos votaram a favor. O diretor e o conselho fiscal terão mandato de 08 (oito) de janeiro de 2017 a 08 (oito) de janeiro de 2019. Após a eleição a chapa eleita foi imediatamente empossada. Após a eleição foi aberta oportunidade para assuntos gerais, bem que ninguém tenha apresentado assunto. Toda mais havendo a deliberação, o presidente determinou a suspensão da sessão pelo tempo necessário à transcrição da ata. Realizada a sessão, foi lavrada por mim, Adriano das Graças Andrade e filha a presente ata que lida e achada conforme, segue assinada por mim e demais presentes. Em tempo onde lê "os associados: Sebastião Batista de Andrade, Brasileiro, casado, residente a rua João Geraldo 01, CPF 492.622.386-49, RG M5 361.045; Maria Elizeth de Andrade, Brasileira, casada, residente a Rua João Geraldo, 01, CPF 586.308.936-20, RG MG 5.940.355; Irina de Sebastião Batista de Andrade, Brasileira, casada, pedreiro, residente a rua João Geraldo, 01, CPF 492.622.386-49, RG M5 361.045; Maria Elizeth de Andrade, Brasileira, casada, auxiliar de enfermagem, residente a Rua João Geraldo 01, portadora do CPF 586.308.936-20; RG MG 5.940.355; Adriano das Graças Andrade e filha. Maria Elizeth de Andrade;

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

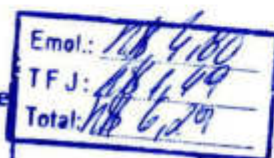
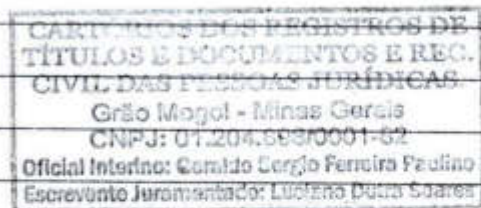
Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade

Sebastião Batista de Andrade



Demétrio Esteves Borges
ESCREVENTE

Maria Jureliadora da Silva

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82

Protocolado sob nº 6034 Livro A-1

Registro nº 421 Livro nº A-5 Fls. 122

Averbação — Livro nº — Fls. —

Uma via arquivada neste cartório.

Grão Mogol (MG) 08 de março de 2017.

(*Luciano Dutra Soares*)
Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Oficial Interino
Luciano Dutra Soares - Escrevente

**CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.**
Grão Mogol - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82
Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
Escrevente Juramentado: Luciano Dutra Soares

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Grão Mogol
SELO ELETRÔNICO Nº BBH26227
COD. SEG.: 0892922458466619
Qtde de Atos: 1 Recompe: R\$ 0,27
Emol: R\$ 4,80 TFJ: R\$ 1,49 TOTAL: R\$ 6,29
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Grão Mogol
SELO ELETRÔNICO Nº BBH26228
COD. SEG.: 9708845589810051
Qtde de Atos: 4 Recompe: R\$ 6,41
Emol: R\$ 113,54 TFJ: R\$ 38,15 TOTAL: R\$ 151,69
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21 de 08 de 2014
Raymon Arley Batista
Raymon Arley Batista
ESCREVENTE DESIGNADO

Emol: 4,80
TFJ: 1,49
Total: 6,29

Denyvia Esteves Borges
Denyvia Esteves Borges
ESCREVENTE

ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ART. 1º: O CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM, fundada em 21 de maio de 1995, é uma entidade, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sede Município de BOTUMIRIM, Estado de MINAS GERAIS, na cidade de Botumirim e foro em GRÃO MOGOL - MG.

ART. 2º: A Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Botumirim, tem por finalidades a Assistência Social, através de Programas Sociais.

ART. 3º: No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

ART. 4º: São finalidades da Associação:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio econômico da comunidade;
- II. Reunir recursos disponíveis materiais humanos e assistenciais, através da união de esforços, podo-o a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento;
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação;
- IV. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a comunidade;
- V. Servir de ligação entre a população da comunidade e a urbana aumentando o seu intercâmbio;

ART. 5º: Para atingir seus objetivos a associação se dedicará as seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas rurais;
- II. Colaborar com órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade;
- III. Participar da análise e interpretação de dado básico da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade;
- IV. Colaborar na elaboração execução de programas de saúde e higiene;
- V. Treinar mão de obra rural;
- VI. Reivindicar, perante as entidades publicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobre tudo quanto a saúde educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário;
- VII. Promover eventos sociais e recreativos;
- VIII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

ART. 6º: A Área de atuação da Associação será da área da comunidade

ART. 7º: A Associação não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário

Rodriguez A. Batista
 RODRIGUEZ A. BATISTA
 ADVOGADO
 OAB-MG Nº. 231590

Denivaldo Esteves Borges
 DENIVALDO ESTEVES BORGES
 ESCRIVENTE



Emol: 114,80
 T.F.J: 114,80
 Total: 114,80

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS

ART. 8º: A Associação, é constituída por numero ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestam interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição.

§ 1º: A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida a Diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

§ 2º: A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembléia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutaria, 30 dias após o associado ter sido notificado por escrito;

§ 3º: O associado poderá recorrer á Assembléia Geral dentro do prazo de 30 dias, contados da data de recebimento da notificação.

§ 4º: O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Primeira Assembléia Geral;

§ 5º: A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no 3º artigo.

ART. 9º: Haverá as seguintes categorias de associados:

1. **FUNDADORES:** São aqueles que participam da Assembléia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
2. **BENEMERITOS:** São aqueles que prestaram á entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembléia Geral ou pela diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
3. **HONORARIOS:** São aqueles que prestaram serviços de notoriedade e assim se fizeram credores dessa homenagem apontados por proposta da diretoria á Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
4. **CONTRIBUINTES:** São aqueles que contribuem com uma importância mensal no valor e na modalidade estabelecida pela diretoria

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais a entidade.

ART. 10º: São direitos dos Associados:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das assembléias gerais.

§ 1º: São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutarias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria.

§ 2º: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

Rogério Batista
Rogério Batista
ADVOGADO
OAB/SP Nº. 231398



Emol. 18,480
TFJ 18,480
Total: 186,24

Denivia Esteves Borges
Denivia Esteves Borges
ESCREVENTE

Denivia Esteves Borges
Denivia Esteves Borges
ESCREVENTE

CAPITULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 11º: A Associação será administrada por:

- I. Assembléia Geral
- II. Diretoria Executiva
- III. Conselho Fiscal

ART. 12º: O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros, eleitos pela assembléia geral.

§ 1º: O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º: Em caso de vacância o mandato será assumido por um associado indicado pela assembléia geral, até o seu termino.

ART. 13º: Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

PARAGRAFO ÚNICO: O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

ART. 14º: A Diretoria compõe-se de:

- Presidente
- Vice-Presidente
- 1º Secretario
- 2º Secretario
- 1º Tesoureiro
- 2º Tesoureiro

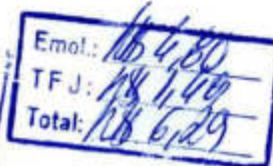
ART. 15º: Compete a Diretoria Executiva:

- I. Elaborar e executar programa anual de atividades
- II. Exercer a administração de acordo com o estatuto, tomando as medidas necessárias para atender as suas finalidades
- III. Autorizar despesas
- IV. Resolver casos omissos
- V. Propor alterações estatutárias
- VI. Convocar Assembléia Geral
- VII. Contratar e demitir funcionários

ART. 16º: a Diretoria Executiva reunir-se-á de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando for necessário.

ART. 17º: Compete ao Presidente:

- I. Representar a Associação, judicialmente e extrajudicialmente
- II. Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais



Rogélio V. V. Anjo Batista
ADVOGADO
OAB-SP Nº. 231390

Dennia Esteves Borges
ESCREVENTE

- III. Solucionar os casos de urgência, submetendo-os a seguir à aprovação da Diretoria
- IV. Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de dinheiro
- V. Nomear comissão especial
- VI. Assinar correspondência da Associação

ART. 18º: Compete ao Vice-Presidente:
Substituir ao Presidente em sua falta ou impedimento.

- ART. 19º:** Compete ao 1º Secretário:
- I. Organizar e ter sob sua guarda os arquivos da associação
 - II. Redigir ou fazer redigir toda a correspondência
 - III. Ter sob sua guarda o livro de ata
 - IV. Lavrar ou fazer lavrar as atas
 - V. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais

PARAGRAFO ÚNICO: Em sua falta e impedimento será substituído pelo 2º secretário.

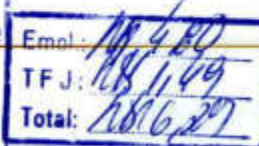
- ART. 20º:** Compete ao 1º Tesoureiro:
- I. Ter sob guarda e responsabilidade o patrimônio da Associação
 - II. Arrecadar mensalidades, contribuintes e demais rendas
 - III. Assinar com o respectivo presidente os cheques e demais papéis relativos a Associação
 - IV. Ter sobre a sua guarda o livro de caixa
 - V. Efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta e impedimento será substituído pelo 2º Tesoureiro

ART. 21º: A Diretoria será eleita por um período de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

- ART. 22º:** Compete Exclusivamente a Assembléia Geral:
- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal
 - II. Destruir os Administradores
 - III. Apreciar recursos contra decisões da diretoria
 - IV. Decidir formas de reformas do estatuto
 - V. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria
 - VI. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens
 - VII. Decidir sobre a extinção da entidade
 - VIII. Aprovar contas
 - IX. Aprovar o regimento interno.

ART. 23º: A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.



Rogério A. Batista
ADVOGADO
OAB-SP/14.231306

Dennia Esteves Borges
ESCREVENTE

CART. REG. CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS E
ANEXOS

Elcio Ferreira Paulino
OFICIAL

Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
ESCREVENTE

GRÃO MOGOL - MG

CAPITULO IV

DO PATRIMÔNIO

- ART. 24º:** a receita da associação necessária a sua manutenção será constituída por:
- I. Doações de qualquer natureza recebidas
 - II. Produto liquido de promoções de beneficência
 - III. Rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha possuir
 - IV. Auxilio e subvenções que venha a receber do Poder Público
 - V. Auxilio ou recursos provenientes de convenio que venha a receber de entidades privadas

§ 1º: O patrimônio da associação será constituído de bens moveis, imóveis, veiculos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

§ 2º: Essas rendas recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais, no território nacional.

§ 3º: A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

ART. 25º: As atividades dos diretores e conselheiros, bem como a dos associados, benfeitores ou equivalentes, serão necessariamente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 26º: No caso de dissolução da entidade os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no conselho nacional de assistência social – CNAS ou entidade publica.

ART. 27º: Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo Conselho Fiscal e Assembléia Geral

ART. 28º: a Associação será dissolvida por decisão da assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de sua atividades.

BOTUMIRIM – MG.

Railson Arley Batista
RAILSON ARLEY BATISTA
ADVOGADO
OAB-MG Nº. 231398

REGISTRO CIVIL DA PESSOAS JURÍDICAS

Apresentado em 24 / 02 / 2006

Registro nº HV-6-234 Lv. H-3 Fls 159

Uma via arquivada neste cartório

Grão Mogol (MG) 24 de Fevereiro de 2006

(a) [Assinatura]
Elcio Ferreira Paulino - Oficial
Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Escrevente

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21 de 08 de 2011
[Assinatura]
Railson Arley Batista
ESCREVENTE DESIGNADO

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CTC 66776

Emol.: R\$ 4,80
T.F.J.: R\$ 1,49
Total: R\$ 6,29

[Assinatura]
DENIVAL ESTEVES BORGES
ESCREVENTE



Denivaldo Esteves Borges
ESCREVENTE

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CTC 66771

REGISTRO CIVIL E
DE NOTAS

AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere
com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21 de 08 de 2017

Marcelo Alves Batista
Rafaelson Arley Batista
ES. AT. VENTE DES. TENDADO

Emol.: 188,480
T.F.J. 188,480
Total: 188,629

Denilson Esteves Borges
ESCRELENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

111.336

 POL. SEGUR. DIREITO



Sebastião Batista de Andrade
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL N-5.361.054 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/87

NOME
SEBASTIAO BATISTA DE ANDRADE

ENDEREÇO
IZIDIO PEREIRA DE ANDRADE
LUZIA BATISTA DE SOUZA

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 26/07/57

COD. ORIGEM CAS.LV-B-5 FL-20V BOTUMIRIM MG

CITY
Belo Horizonte MG

Denilson Esteves Borges
111-336

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL **M3 381999**

NOME **Donizete Ferreira Santos**
Adão Ferreira das Neves
FILIAÇÃO **Maria Eliza Santos**

Botumirim-MG 14/10/1955
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO
28/02/1983

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21/10/2014
Railson Arley Batista
Railson Arley Batista
ES. REVENTE DESIGNADO

Emol: 116 4,80
TFJ: 116 1,49
Total: 116 6,29

Denivaldo Estêves Borges
DENIVALDO ESTEVES BORGES
ESCREVENTE

CÉDULA DE IDENTIDADE

MONTES CLAROS

 POLÍCIA DEBITO



Donizete Ferreira Santos
ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

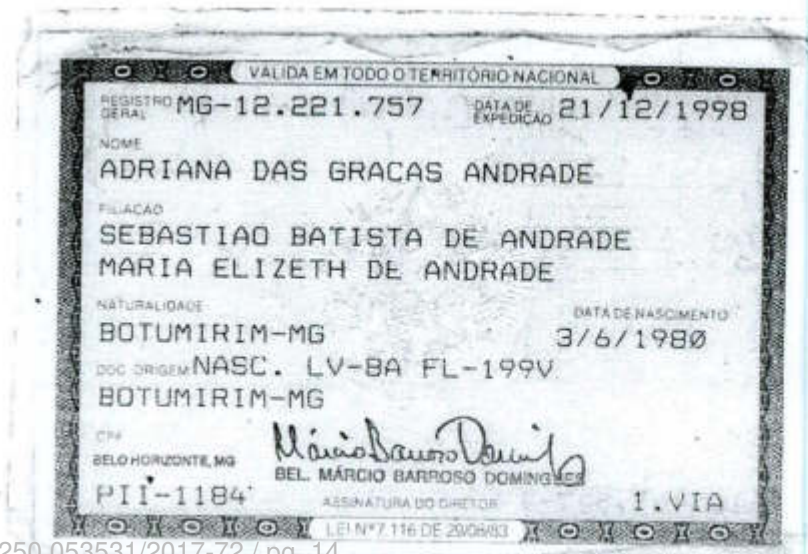


AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21 de 12 de 1998
Raíson Arley Batista
RAÍSON ARLEY BATISTA
ESCRIVENTE DESIGNADO

Emol.: 116,40
T F J: 116,40
Total: 116,40

Denival Estêves Borges
DENIVAL ESTÊVES BORGES
ESCRIVENTE

Jenival Estêves Borges
JENIVAL ESTÊVES BORGES
ESCRIVENTE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-5.940.355 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/11/88

NOME MARIA ELIZETH DE ANDRADE

FILIAÇÃO SEBASTIAO RODRIGUES DAS NEVES
CARLINDA FERREIRA DO AMARAL

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 12/03/59

DCE ORIGEM CAS.LV-05B FL-20V BOTUMIRIM-MG

CPF

BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO DIRETOR PII-336

16/11/88



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Deu fé.
Botumirim, 21/06/2011
Railson Arley Batista
Railson Arley Batista
ES. REVENTE DESIGNADO

Emol.: 16.480,00
TFJ 18.11,40
Total: 18.612,24

Denilda Esteves Borges
Denilda Esteves Borges
ESCREVENTE



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere
com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21, 08 2007
Railson Arley Batista
Railson Arley Batista
ES. REVENTE DESIGNADO

Emol.: 118 4,80
TF J: 118 1,80
Total: 118 6,20

Denivaldo Esteves Borges
Denivaldo Esteves Borges
ESCREVENTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: MG-16.565.884 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/09/2006

NOME: NEUZA JUSTINA SANTOS

FILIAÇÃO: AUGUSTO BARROSO DOS SANTOS
SANTA JUSTINA FRANCO

NATURALIDADE: BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO: 30/8/1954

DOC. ORDEM: NASC. LV-5A FL-225V

CNPJ: BOTUMIRIM-MG 044632196-63

ASSINATURA DO DIRETOR: *Neuza Justina Santos*

PII-1306 NILMÃO REIS SANTOS

LEI N° 7 116 DE 29/08/83 1 VIA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII-1306-4

CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR: *Neuza Justina Santos*

POLEGAR DIREITO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL MG-12.488.394 DATA DE EMISSÃO 17/06/1999

NOME FLAVIO GUILHERME DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOAQUIM DE LOURDES DOS SANTOS

MARIA CLEUNICE SANTOS

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG

DOC. ORIGINAL NASC. LV-A09 FL-156V

CNPJ BOTUMIRIM-MG

CPF: BEL. MARCIO DA ROSA DOMINGOS

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1. VIA



AUTENTICAÇÃO

A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.

Botumirim, 21/06/2017

Railson Arley Batista

Railson Arley Batista

ES. REVENTE DES. GNADO

Emol: 18.400

TFJ: 18/1/19

Total: 18.620

Denivaldo Esteves Borges

Denivaldo Esteves Borges

ESCREVENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PSIU

ATENÇÃO - NÃO QUERER DE OUTROS E TÍTULOS

Flavio Guilherme dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

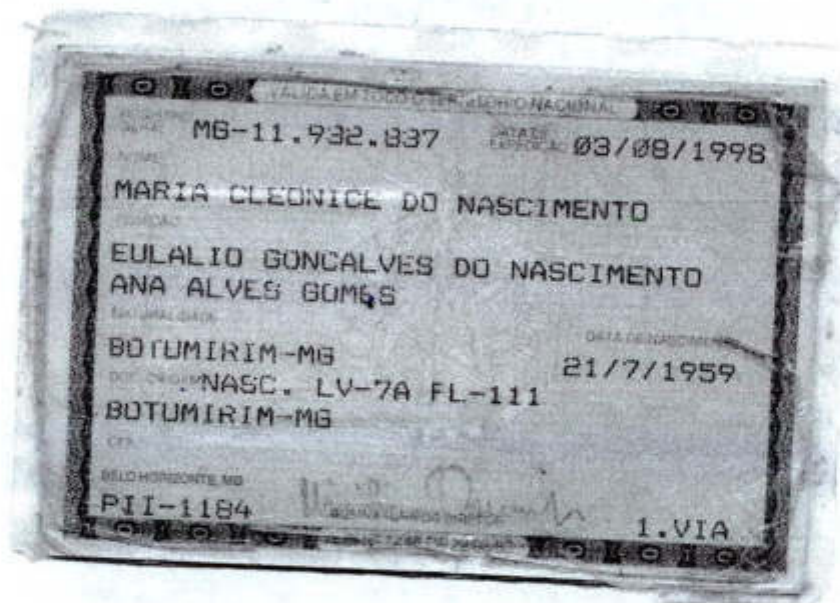


Denivalda Esteves Borges
ESCREVENTE

Denivalda Esteves Borges
ESCREVENTE



Denivaldo Esteves Borges
ESCREVENTE



AUTENTICAÇÃO
 A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
 Botumirim, 21 08 2011
Denívia Esteves Borges
Denilson Arley Batista
 ES. REVENTE DESIGNADO

Emol.: 184,80
 T.F.J.: 181,69
 Total: 186,49

Denívia Esteves Borges
Denívia Esteves Borges
 ESCRIVENTE

Denívia Esteves Borges
 ESCRIVENTE



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.
Botumirim, 21, 08, 2017
Railson Arley Batista
Railson Arley Batista
ES. REVENTE DESIGNADO

Emol: 18,40
T.F.J.: 18,40
Total: 18,40

Denivaldo Esteves Borges
Denivaldo Esteves Borges
ESCREVENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
P11 336

 POLEGÃO DIREITO



Maria Lucia Gomes de Souza
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-8.400.444 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/06/93

NOME
MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA

FILIAÇÃO
GERALDO GOMES DE SOUZA
MARIA ROSALINA PINTO COELHO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
BOTUMIRIM-MG **26/08/57**

DOC. ORIGEM
CAS.LV-04AUX FL-216V BOTUMIRIM

CPF

SELO HONRANTE, MO *[Signature]* P11-336
LEI Nº 116 DE 29/06/93



OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
TABELIONATO DE NOTAS

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia fotostática confere com o seu original. Dou fé.

Botumirim, 21/08/2011

Raimon Arley Batista

Raimon Arley Batista
ESCRIVENTE DESIGNADO

10...

Emol.: 184,80

TFJ: 184,49

Total: 186,29

Denivia Esteves Borges
ESCREVENTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	MG-3.113.198
DATA DE EXPEDIÇÃO	18/12/2014
NOME	JOSE NIDES FERREIRA
FILIAÇÃO	GERALDA GOMES FERREIRA
NATURALIDADE	BOTUMIRIM-MG
DATA DE NASCIMENTO	30/8/1943
DOO ORIGEM	CAS. LV-4 FL-89
BOTUMIRIM-MG	
CPF	441349246-34
LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR	
FTI-1220	2 VTA
LEI N 7.116 DE 20/08/83	

**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA**

Qualificação da entidade	
Razão Social: Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim	
Nome Fantasia: Conselho Comunitário	
CNPJ: 00.800.411/0001-61	
Endereço de Sede: rua Joaquim Emanuel	Nº: 71
Bairro: Centro	CEP: 39596000
Cidade: Botumirim	UF: MG
Nome do representante legal: José Ildeu Rodrigues da Silva	
Endereço eletrônico (e-mail): tonaserrinhafm@yahoo.com	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Botumirim 21 de agosto de 2017

Botumirim -MG

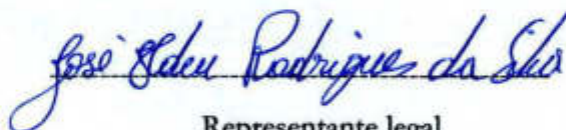

Assinatura do representante legal da entidade

Endereço de correspondência: Rua Joaquim Emanuel nº 71	
Bairro: Centro	CEP: 39596000
Cidade: Botumirim	UF: MG

DECLARAÇÃO

Declaro Para os devidos fins que a emissora, Serrinha FM de Botumirim – MG de responsabilidade do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim ,encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Botumirim - 17 de agosto de 2017



Representante legal

Conforme solicitado pela MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, em conformidade com o artigo 116 DA NORMA Nº 01/2015, segue relatório circunstanciado com a Programação Diária da RADIO COMUNITARIA SERRINHA FM DE BOTUMIRIM - MG que funciona sobre a responsabilidade do conselho Comunitário dos Moradores e amigos de Botumirim - MG conforme a lei 9.612, veiculando a programação conforme licença de segunda a sexta de 05: as 22:00h e nos finais de semanas de 00:00h as 24:00h horas conforme a seguinte grade de programação:

➤ **SEGUNDA À SEXTA - FEIRA:**

05:00h as 07:00h **ALEGRA SERTÃO**: programa matinal com música sertaneja raiz e serviço de utilidade pública e apoios culturais;

07:00h as 11:00h **CONEXÃO 87,9**: Programação livre com serviço de utilidade pública, apoio cultural, informativo de hora em hora e entretenimento(horóscopo e músicas)

11:00h a 12:00h nas segundas e terças-feiras: **JESUS É O CAMINHO**: Programa da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Ministério de Limeira;

11:00h a 12:00h na quarta-feira: **MENSAGEM E LOUVORES**: Programa da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;

11:00h as 12:00h nas quintas e sextas-feiras: **BOTUMIRIM MAIS FELIZ**: programa da igreja Católica apostólica Romana

12:00h as 13:00h **TARDE LEGAL**: Programa vespertino de música gospel, serviço de utilidade pública , apoio cultural e mensagem bíblica sem ligação com nenhuma igreja.

13:00h as 16:30h **ESTILO MUSICAL**: Programação livre com serviço de utilidade pública, apoio cultural, informativo de hora em hora e entretenimento (Resumo de novelas e músicas)

16:30h as 17:00h: **MEIA HORA DIRETA** só de música a pedido do ouvinte!

17:00H as 19:00h **DESCANSA SERTÃO**: Programa de música sertaneja raiz voltada a toda sociedade com utilidade pública, apoio cultural e entretenimento;

19:00h as 20:00h: **VOZ DO BRASIL AO VIVO DIRETO DE BRASILIA**

20:00h ah 22:00H: **MATANDO SAUDADE**: Programa de música flash Bach romântica com serviços de utilidade pública e abordagem de assuntos referentes a saúde e comportamentos.

➤ **SÁBADO E DOMINGO**

05:00h as 08:00h **CAMPO SEMEIA**: Programa de música sertaneja diversa, utilidade pública, apoio cultural e informativo ao trabalhador do campo.

08:00h as 12:00h: **INTERATIVIDADE**: Programação livre com serviço de utilidade pública, apoio cultural, informativo de hora em hora, brincadeiras com sorteio de brindes, entretenimento com abordagens sobre saúde, educação, segurança e espaço aberto para entrevistas;

12:00h as 13:00h no sábado: **MENSAGEM E LOUVORES**: programa da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;

13:00h AS 17:30h: Tarde livre com músicas variadas, utilidade pública e apoio cultural;

17:00h as 20:00h no sábado **SHOW DA TERRA** com apresentação ao vivo dos cantores da região e interação dos mesmos com os ouvintes através de pedidos e oferecimentos;

20:00h as 24:00h: **MUSICA VARIADA** com utilidade pública e entretenimento;

00:00h as 05:00h: **DIVERSIDADE** com músicas de vários ritmos antigas e instrumentais, com mensagens e vinhetas de utilidade pública e identificação;

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa Comunitária e de Fiscalização
Coordenação - Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP 70044-900/ Brasília - DF



Conselho Comunitario dos Moradores e Amigos de Botumirim
Rua Joaquim Emmanuel nº 71
Centro - Botumirim - MG
CEP 39596-000



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 51671/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 01250.011289/2016-89, de interesse da CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM, sediada em **Botumirim/MG**, para renovação da outorga referente ao período de 26 de novembro de 2007 a 26 de novembro de 2017.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 14:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2439822** e o código CRC **0E8605A3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 51671/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.011289/2016-89 - Nº SEI: 2439822



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 51674/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM (

CNPJ nº 00.800.411/0001-61)

Rua Deca Guimarães, nº 04 - Bairro: Centro

39596000 / Botumirim - MG

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.011289/2016-89.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 26 de novembro de 2007 a 26 de novembro de 2017, protocolizado sob o nº 01250.011289/2016-89, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 14:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2439875** e o código CRC **70B6D6DD**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 51674/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.011289/2016-89 - Nº SEI: 2439875

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 51674/2017/SEI-MCTIC, 30/11/2017

01250.011289/2016-89

**CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E
AMIGOS DE BOTUMIRIM**

Rua Deça Guimarães, nº 04 - Centro

39596-000 Botumirim / MG

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Maria Auxiliadora da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

M-3870290

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

8.4238908

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC063 / 16

114 x 186 mm



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS EN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JG 09075129 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

13 DEZ 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA - B-9

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Memorando nº 4145/2018/SEI-MCTIC

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Assunto : **Encaminhamento de Documento protocolado sob o nº 53900.078383/2015-39.**

1. Informamos que por intermédio do Ofício nº 36906/2015/SEI-MC, de 10.11.2015, este Ministério, na condição de poder concedente e fiscalizador dos serviços de radiodifusão, solicitou ao **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM**, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Botumirim/MG, dentre outras exigências, a Ata de eleição dos membros. A entidade enviou cópia da Ata de Eleição da Diretoria, realizada em 09/02/2014, averbada em 12 de fevereiro de 2014.
2. Notou-se que, quanto à alteração do quadro diretivo, este Ministério somente tomou ciência do fato em razão das exigências formuladas por esta Coordenação-Geral.
3. Assim, encaminhamos à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária a modificação efetuada pela entidade, para as providências que entender necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 13/04/2018, às 18:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2883647** e o código CRC **931A7226**.

Anexos

Não Possui.

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

CNPJ 00-800-411/0001-61

Ofício 005-2015

ASSUNTO – Documentos

DATA 21-12-2015

Conforme solicitação através de ofício nº36906/2015/SEI-MG DE 10 de 10 de novembro de 2015 , do Ministério das Comunicações, segue em anexo os documentos conforme solicitação, Ata de eleição e posse da diretoria atual e relação de sócios diretores que acompanham a programação da Rádio Serrinha FM da cidade de Botumirim – MG e gravação de toda a programação, sem mais para o momento nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Jose Ildeu Rodrigues da Silva

Presidente

Ministério das Comunicações

Coordenação-Geral de Acompanhamento de
Outorgas.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 30/12/15 às 14:00 horas
Assinatura: Encução

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico para os devidos fins que a **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM**. Com sede na Rua Joaquim Emanuel, Nº 71 no Centro de Botumirim, no Estado de Minas Gerais, cadastrada no CNPJ sob o Nº. 00.800.411/0001-61, encontra-se em pleno e regular funcionamento e inscrita neste Conselho, sob o Nº008 cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concerne às atividades na área de assistência social, sendo sua Diretoria, com mandato de Fevereiro de 2014 a Fevereiro de 2016, constituída dos seguintes membros:

Presidente: José Ildeu Rodrigues da Silva

Carteira Identidade: RG-M-8. 841777

CPF: 503.502.506-34

Endereço: R - Gualter Ângelo Nº. 16, Centro-Botumirim- MG

Vice-Presidente: Sebastião Batista de Andrade

Carteira de Identidade: RG-M-561. 054

CPF: 492.622.386-49

Endereço: R-São Geraldo Nº 01, Centro - Botumirim-MG

1ª Secretária: Adriana das Graças Andrade

Carteira de Identidade: RG-MG- 12.221.757

CPF: 044.534.406-71

Endereço: R - São Geraldo Nº 01, Centro-Botumirim-MG

2ª Secretária: Eletícia Caetano Almeida

Carteira de Identidade: RG- 12.611.781

CPF: 051.793.146-07

Endereço: Sítio Toazinho - Botumirim-MG

1ª Tesoureira: Maria Elizeth de Andrade

Carteira de Identidade: RG-M-5. 940.355

CPF: 586.308.996-20

Endereço: R - São Geraldo Nº 01, Centro-Botumirim-MG

2º Tesoureiro: José Nides Ferreira

Carteira de Identidade: RG-M-3. 113.198

CPF: 441.349.246-34

Endereço: R - Donato Naria S/N, Centro - Botumirim-MG

Conselho Fiscal:

Maria Marlene Neves

Carteira de Identidade: RG-M- 8.787.242 CPF: 727.232.466-04

Endereço: R-Grão Mogol Nº 16, Centro - Botumirim-MG

Flávio Guilherme Santos

Carteira de Identidade: RG-MG-12.488.394 CPF: 069.110.066-78

Endereço: S'cio São Domingos – Botumirim-MG

Neuza Justina Santos

Carteira Identidade: RG-16.565.884 CPF: 044.632.196-63

Endereço: R- Lia Mattos S\N, Centro -Botumirim-MG

Suplentes:

Maria Cleonice do Nascimento

Carteira de Identidade: RG-MG-11.932.837 CPF: 051.642.661-16

Endereço: R-Lia Mattos S\N, Centro – Botumirim-MG

Gelcira Caetano de Fátima Borges

Carteira de Identidade: RG-M- 5.559.042 CPF: 007.923.209-03

Endereço: R-Juquinha Ferreira Nº 20 B- Cidade Nova - Botumirim- MG

Maria Lúcia Gomes de Souza

Carteira de Identidade: RG- M- 8.400.444 CPF: 029.454.66694

Endereço: R-Grão Mogol S\N, Centro - Botumirim-MG

Declaro outros sim, que a referida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinado à totalidade das rendas apuradas ao atendimento beneficente e gratuito de suas finalidades.

Botumirim-MG, 05 de Março de 2014

Eliziane Pereira dos Santos
Eliziane Pereira dos Santos
CPF: 066.530.386-61

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Ata de Reunião

Aos 09 dias do mês de Fevereiro de 2014 às 14 hs reuniram os membros do Conselho Comunitário dos Moradores e amigos de 130 Tamirim no Centro Social Situado a Rua Joaquim Emmanuel nº 11 com o objetivo de eleger e dar posse a nova diretoria para mais dois anos. A Sra Presidente Maria Elizeth de Andrade iniciou a reunião com visando a todos presentes a fazerem a oração do Pai Nosso, em seguida agradeceu a todos pela presença e falou do objetivo da reunião e disse ainda que continuaria fazendo parte da diretoria mas agora como tesoureira, falou também e apresentou aos associados o veículo que foi adquirido através do Deputado Paulo Guedes, falou também de tudo que foi adquirido até o momento e que continuará trabalhando em benefício da associação e dos associados. A Sra Presidente apresentou a chapa que compõe a nova diretoria e colocou em votação, sendo eleita por unanimidade, a chapa que é composta pelos seguintes membros Presidente Jose Eldeu Rodrigues da Silva Vice Presidente Sebastião Batista de Andrade Secretária Mariana das Graças Andrade 2ª Secretária Cletícia Caetano Almeida Tesoureira Maria Elizeth de Andrade 2ª Tesoureira Jose Nides Ferreira Conselho Fiscal Nereza Justina Santos Maria Marlene Neves Flávio Guilherme Santos Suplentes Maria Cleonice do Nascimento Maria Lúcia Gomes de Souza e Gelcira

Caetano Borges ou melhor Gelcira de Fátima
Borges e logo em seguida Foi empossada
a nova diretora composta pelos seguintes
membros Presidente José Ildu Rodrigues da
Silva vice Sebastião Botista de Andrade
Secretaria Adriana das Graças Andrade 2º
Secretaria ou melhor Presidente José Ildu
Rodrigues da Silva RG. M. 8.841.111 CPF 507502306
34 vice Presidente Sebastião Botista de Andrade
de RG. M. 561.054 CPF 492.622.386 49 Secretaria
Adriana das Graças Andrade RG. MG 12.221.751
CPF 044.534.406 11 2º Secretaria Eleticia Caetano
Almeida RG. 12.611.181 CPF 051198146-01 Tesou
reiro Maria Elizeth de Andrade RG. M. 5.940.
355 CPF 586.308.996 20 2º Tesoureiro José Nides
Ferreira RG. M. 311.319.8 CPF 441.349.246 34
Conselho Fiscal Maria Marlene Neve RG. M. 8.
787.242 CPF 121.232.466.04 Flávio Guilherme
Santos RG. MG 12.488.394 CPF 069.110.066 18
Neza Justina Santos RG. 16.565.884 CPF
044.632.196.63 Suplente Maria Cleonice do
Nascimento RG. MG 11.932.834 CPF 051.642.616 16
Gelcira Caetano de Fátima Borges RG. M. 5.
558.042 CPF 001.923.209.03 e Maria Lúcia
Gomes de Souza RG. M. 8.400.444 CPF 029.454
666.94 Não tendo nada mais a constar eu José
Ildu Rodrigues da Silva lavrei a presente ata
que após lido se aprovada será assinada
por mim e pelos demais presentes
José Ildu Rodrigues da Silva

Maria da Conceição Zaulino Xavier
Gelcira Caetano de Fátima Borges
Maria do Rosário Dias da Silva
Maria Manelina J. Santos

Maria Loucia Gomes de Souza

Marion Elizeth de Andrade

Elitiana Coutinho de Almeida

Adriana Graça Andrade

Maria Edilma Soares

Maria Carmem Pimentel

Beleno José Ferreira

Nenya Justina Santos

Dorizete F. Gomes

Roberto Pereira Braga

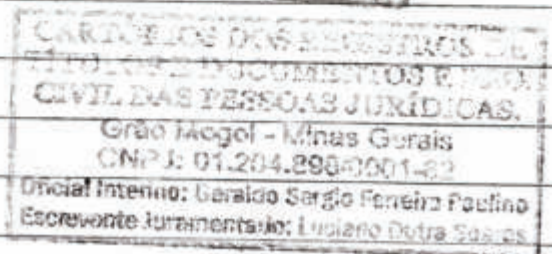
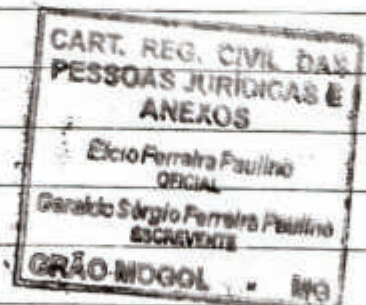
Helena Rodrigues de Souza

Sonia Alves Soares Teixeira

Maria Auxiliadora da Silva

Elisena Rodrigues Pena

Selcartão Batista de Almeida



Selo de Fiscalização

AQD 29181



Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

AQA 14989

ARQUIVAMENTO

AQA 14988

CARTÓRIO AMADEU FERREIRA PAULINO	
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
CNPJ/ME 01.204.898/0001-82	
Elcio Ferreira Paulino - Oficial	
Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Escrevente	
Protocolo sob nº	5.397 Livro A-1
Registro nº	4.631 Livro nº B.10 Fls 267
Averbação	Livro nº Fls
Grão Mogol	12 / fevereiro / 2014
Oficial / Escrevente	

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Comunicação Eletrônica
de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
CsPlanode dos Ministérios Bloco R, 3º andar,
Anexo, Ala Oeste - 70044-900 - Brasília DF

D. H.



D. H.

Consenho Comunitário do Merabres e
Amigos de Botumirim
Rua Joaquim Emanuel nº 11
Centro Botumirim MG

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina-Forianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 20270/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Botumirim**, estado de **Minas Gerais**, protocolou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 2170199-Proc.01250.053531/2017-72), em 28/8/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 26/10/2017. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	<p>O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.</p> <p>OBS: O endereço de sede, o endereço do Sistema Irradiante, constante no Requerimento a ser encaminhado, não pode</p>

		divergir daquele registrado no cadastrado da Receita Federal (CNPJ) e do endereço cadastrado na Agência Nacional de Telecomunicações, respectivamente, bem como as Coordenadas Geográfica.
Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p><u>Observação 1:</u> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p>
		<p>A entidade deverá encaminhar o estatuto social, consolidado e registrado, contendo as seguintes afirmações, entre outras:</p> <p>- denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;</p> <p>- indicar endereço completo da sede da entidade, conforme descrito no CNPJ, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;</p> <p>- indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;</p> <p>- indicar o modo de constituição e</p>

funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:-
os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

- **o cargo ao qual caberá** a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial;

- **o tempo de mandato** dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, isto é, uma reeleição.

- **indicar as condições** para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

- **indicar as condições** para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

- **indicar as condições** de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

- **instituir um Conselho**

Art. 130, §
1º, inciso
II c/c art.
40

Estatuto social
adequado à Portaria.

Comunitário composto por, no mínimo, cinco (5) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 8º da Lei nº 9.612/1998.

- **estabelecer os critérios para ingresso dos associados**, alertando que o ingresso não pode ser submetida à aprovação pela diretoria.

Reitera-se que a
admissão do novo
associado (pessoa física
ou jurídica) não pode
estar condicionada à
aprovação pela
diretoria ou mesmo à
indicação por outros
associados, bem como sua exclusão, **sendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto,**

- **assegurar o ingresso gratuito, como associado,**

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.

de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

- **assegurar a todos** os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

assegurar o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

- **estabelecer** os direitos e deveres dos associados;

- **especificar** as fontes de recursos para manutenção da entidade e

determinar que não haverá a distribuição de bônus, gratificações ou eventuais sobras da receita entre os associados

- **determinar** entre as

competências da Assembleia Geral, a de destituir a diretoria e **permitir que** ela possa também ser convocada ao menos por 1/5 dos associados(Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 130, § 1º, inciso III

Ata de eleição.

Cópia da Ata de eleição da atual Diretoria Executiva, para todos os cargos previsto no Estatuto Social, **indicando o início e o fim do mandato, (a anterior venceu em 8/1/ 2019), devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, alertando que nenhum membro eleito poderá fazer parte/ou ter cargo junto a Diretório de Partido Político** ou ter qualquer outro tipo vínculo, seja familiar, religioso, econômico, (art.7º, inciso III da Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018).

<p>Art. 130, § 1º, inciso IV</p>	<p>RG e CPF dos dirigentes.</p>	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia LEGÍVEL do RG e CPF de todos os membros eleitos para a Diretoria.</p> <p>Não serão aceitos cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p> <p>OBS: Para aqueles RG que já contém o CPF, fica este dispensado de apresentação..</p>
<p>Art. 130, § 1º, inciso V</p>	<p>Último relatório do Conselho Comunitário.</p>	<p><u>A Entidade deverá encaminhar relatório resumido do Conselho Comunitário, datado de Janeiro/2019,</u> sobre a programação veiculada pela emissora, assinado por todos os cinco (5) membros do Conselho, com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros, bem como a sua grade de programação, que deve conter (obrigatoriedade) a transmissão da VOZ DO BRASIL.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade</p>

		interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.
Art. 130, § 6º, inciso III	CNPJ válido e atual.	Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda -CNPJ, válido e atualizado com relação ao endereço da Sede.
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.
Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários

	Art. 130, § 6º, inciso VI	dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.
	Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Da consulta ao sítio da Justiça do Trabalho, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão negativa de débitos trabalhistas. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.**

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

3.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas

alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". **Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.**

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 23/10/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4760742** e o código CRC **848F16F8**.

Anexo: Anexo 5 evento SEI 4761089.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 4760742

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Município:				UF:	
				CEP:	

Endereço:					
Município:				UF:	
				CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 40826/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 23 de outubro de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM (

CNPJ nº 00.800.411/0001-61)

Rua Deca Guimarães, nº 04 - Bairro: Centro

39596000 / Botumirim - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho a **NOTA TÉCNICA Nº 20270/2019/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4773867** e o código CRC **00839AB3**.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 4773867



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

01/11/2019

DESTINATÁRIO

CONSELHO COMU. DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM
RUA DECA GUIMARAES, 4CENTRO
39596-000

BOTUMIRIM MG

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900

BI891174371BR

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

19 NOV 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - gr 01250.011289/2016-89 - of 40826 1 - NOTA TÉCNICA 20070/2019 - 10 - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVACAO DE

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALECIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Charles Franklin Antunes
Carteiro
Matr.: 8.423.685-8

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Jose' Helen Rodrigues da Silva

DATA DE ENTREGA

19/11/19

Nº DOC. DE IDENTIDADE



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim - MG-cep- 39596-000

OFÍCIO 0002/2019/CCMAB

AO SENHOR: YROA ROBLEDO FERREIRA

Coordenador-Geral de Rádio Difusão Comunitária

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Botumirim, 17 de dezembro de 2019

Conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015 venho por meio deste solicitar uma prorrogação de prazo referente ao **OFÍCIO Nº40826/SERC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC** que encaminha a nota técnica relativa á análise do **PROCESSO Nº 01250.011289/2016-89**.

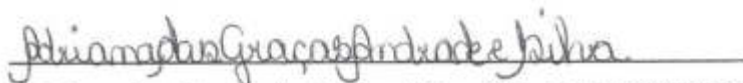
Solicito esta prorrogação, visto que uma das pendências orientadas a serem resolvidas e encaminhada após análise e aprovação em assembléia, no caso referente ao Estatuto, depende da validação com o registro no Cartório. Desta forma, no dia 13 de dezembro de 2019 foi protocolado requerimento referente ao pedido de registro no Cartório da Cidade de Botumirim-MG, único na cidade, que trabalha e encaminha serviços para o cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e o mesmo informou em nota devolutiva, encaminhada junto a este ofício, da indisponibilidade do serviço e do prazo, tanto no Cartório Procurado, quanto no Cartório de Pessoas Jurídicas, que não dispõe de tempo para realizar o serviço, em função da demanda e do recesso que entrará brevemente, alegando que o mesmo está amparado pelo ART 188 da LEI 6015/73 LEI DE REGISTROS PÚBLICOS que disponibiliza do prazo de 30 (trinta) dias, excetuando recessos quando do caso.

O mesmo alegou não receber mais serviços para este ano devido o prazo que não poderá cumprir.

Informo que os demais documentos: ata, certidões, relatórios e requerimento de renovação de outorga, estão disponíveis e devidamente de acordo com as orientações das e com a lei, porém, conforme atendimento do 0xx6120276220, realizado após várias tentativas no dia 17/12/19 as 15:28h, me foi orientado solicitar a prorrogação de prazo para envio da documentação COMPLETA conforme EXIGE a nota técnica mencionada, evitando assim algum transtorno, uma vez que esta possibilidade, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015 permite a prorrogação.

Diante do exposto, venho humildemente solicitar de Vossa Excelência Coordenador Geral de Rádio Difusão Comunitária, a prorrogação do prazo, pelo motivo descrito, para encaminhamento de toda documentação

Sem mais, e contando com a Vossa plena compreensão, registro aqui meus sinceros agradecimentos.



Adriana das Graças Andrade e Silva RG - MG 12221757
Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim -
MG

ILMA. SRA.

ADRIANA DAS GRAÇAS ANDRADE E SILVA

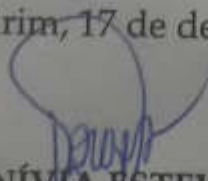
PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS
DE BOTUMIRIM/MG.

Em resposta ao requerimento apresentado por este conselho, no qual nos foi solicitado com urgência o registro de alterações de Estatuto Social da entidade, vimos apresentar NOTA DEVOLUTIVA nos seguintes termos:

Nos cumpre advertir a título de informação, que a teor do que dispõe o art. 188 da Lei nº. 6.015/73, o prazo concebido à serventia pelo dispositivo de lei é de 30 (trinta) dias a contar do protocolo do título.

No tocante ao serviço requerido, temos a informar à representante legal da entidade requerente que o referido serviço NÃO está dentro das atribuições desta serventia, devendo tal serviço ser requerido junto ao Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Grão Mogol/MG, que certamente recorrerá ao prazo legal acima citado, para o adequado atendimento do pleito.

Botumirim, 17 de dezembro de 2019.


DENÍVIA ESTEVES BORGES
Oficial Substituta

Denívia Esteves Borges
Substituta

06.945.818/0001-63
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
RUA 1º DE MARÇO, Nº 01 - CENTRO
CEP 39.596-000
BOTUMIRIM - MG



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Maria, 30, centro Botumirim- MG-cep- 39596-000

**ILMA. SRA. OFICIAL SUBSTITUTA DO OFÍCIO DE NOTAS DA
CIDADE DE BOTUMIRIM/MG.**

**O CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE
BOTUMIRIM/MG**, inscrito no CNPJ de Nº. 00800.411/0001-61, com sede
à Rua Tito Maria nº. 30, centro da cidade de Botumirim/MG, aqui
representado pela presidente ADRIANA DAS GRAÇAS ANDRADE E SILVA,
brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 044.534.406-77, vem perante esta
serventia **REQUERER** o Registro de alterações do ESTATUTO SOCIAL do
Conselho Comunitário, na forma dos documentos anexos.

Oportunamente solicito desta serventia o atendimento com a máxima
urgência em razão da necessidade de envio dos referidos documentos ao
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cujo prazo de
envio está prestes a exaurir.

Termos em que, peço deferimento.

Botumirim, 13 de dezembro de 2019.

ADRIANA DAS GRAÇAS ANDRADE E SILVA
Presidente



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 1441/2020/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 20 de janeiro de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM (

CNPJ nº 00.800.411/0001-61)

Rua Deca Guimarães, nº 04 - Bairro: Centro

39596000 / Botumirim - MG

Assunto: **Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 22270/2019/SEI-MCTIC (evento SEI 4760742), informo o **deferimento do prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, nos termos do art. 136-C da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.

3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC e alterações.

4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

5. Esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

6. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 20/01/2020, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5057272** e o código CRC **75358FF3**.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 5057272



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim - MG-cep- 39596-000

OFÍCIO 0001/2020/CCMAB

AO SENHOR: YROA ROBLEDO FERREIRA

Coordenador-Geral de Rádio Difusão Comunitária

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Botumirim, 17 de Janeiro de 2020

Conforme solicitado em ofício protocolado no CADSEI dia 18 de dezembro de 2019 as 18:18h solicitando PRORROGAÇÃO DE PRAZO previsto no art. 136-C da Portaria nº 4334/2015 estamos enviando a documentação para RENOVAÇÃO DA AUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO AUTORIZADO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM solicitada pelo **OFÍCIO Nº40826/SERC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC** que encaminha a nota técnica relativa á análise do **PROCESSO Nº 01250.011289/2016-89**.

Informo que seguidas as orientações desta nota técnica todas as pendências foram resolvidas e adequadas e segue toda documentação conforme exigido;

Informo ainda que conforme O art 7º, inciso III da PORTARIA nº 4334/2015/ SEI-MC, alterada pela portaria nº 1.909/2018, e em conformidade com o art. 11 da Lei 9.612/ 1998 esta diretoria não excede parentesco em mais da metade da mesma, limite permitido por lei, nem possui membros em mandato eletivo, órgão partidário, cargo de confiança no município ou dignidade eclesiástica.

Reitero que os documentos também serão enviados via CADSEI.

Sem mais, e contando com a Vossa plena compreensão, registro aqui meus sinceros agradecimentos.

Adriana das Graças Andrade e Silva RG - MG 12221757

Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim –
MG

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Ag: 20308752 - AC BOTUMIRIM

BOTUMIRIM

- MG

CNPJ.....: 34028316757115 Ins Est.: 0620144620013

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 17/01/2020 Hora.....: 15:39:54
Caixa.....: 95079663 Matrícula.: 84203870
Lancamento.: 031 Atendimento: 00020
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1765728436

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	1	0,00
Valor do Porte(R\$)...	5,45	
Cep Destino: 70044-900 (DF)		
Peso real (G).....:	200	
Peso Tarifado.....:	0,200	
OBJETO====> JU321595127BR		
REGISTRO A VISTA....:	5,75	
AVISO DE RECEBIMENTO:	5,75	
Valor AdValorem.....:	1,95	
Valor Declarado(R\$)..:	99,50	
Franquia Previa.....:	18,90	

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

ENVELOPE PLAST TAM	1	3,90+
Preco Unitario(R\$)...	3,90	

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)	3,90
---------------------------	------

TOTAL(R\$)====>	3,90
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	3,90 -

Postagem ocorrida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Terha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 7.9.02

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:	Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim				
Nome Fantasia:		CNPJ:	00.800.411/0001-61		
Endereço de Sede:	Rua Tito Maria, 30				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Nome do representante legal:	Adriana das Graças Andrade e Silva				
Endereço eletrônico (e-mail):	drykandrade.99@gmail.com				

Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000

Endereço:	Rua Deça Guimarães, 04, Centro				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	16 ° (N/S) 534' 700 "			
	Longitude:	43 ° W 003' 500 "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Adriana das Graças Andrade		
Cargo:	Presidente	Tit. Eleitor:	135022300281
RG: MG 12221757	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 04453440677
Endereço:	Rua São Geraldo, 01		
Município:	Botumirim	UF: MG	CEP: 39596-000
Assinatura:	Adriana das Graças Andrade		

Nome do dirigente:	Sebastião Batista de Andrade		
Cargo:	Vice-Presidente	Tit. Eleitor:	37763720256
RG: MS 361 045	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 492 622 386 49
Endereço:	Rua São Geraldo, 01		
Município:	Botumirim	UF: MG	CEP: 39596-000
Assinatura:	Sebastião Batista de Andrade		

Nome do dirigente:	José Ildeu Rodrigues da Silva		
Cargo:	Secretário	Tit. Eleitor:	037760840205
RG: M8 841 777	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 503 502 506 34
Endereço:	Rua Gualter Angelo, 46		
Município:	Botumirim	UF: MG	CEP: 39596-000
Assinatura:	José Ildeu Rodrigues da Silva		

Nome do dirigente:	Donizete Ferreira Santos		
Cargo:	Vice-Secretário	Tit. Eleitor:	20389640272
RG: M3 381 999	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 241 407 406 04

Emissor:			
Endereço:	Rua Elpidio Mateus, 54		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Donizete F. Santos</i>		

Nome do dirigente:		Maria Elizeth de Andrade	
Cargo:	Tesoureira	Tit. Eleitor:	43026530221
RG: MG 5 940 355	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 586 308 996 20
Endereço:	Rua São Geraldo, 01		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Maria Elizeth de Andrade</i>		

Nome do dirigente:		Neuza Justina Santos	
Cargo:	Vice-tesoureira	Tit. Eleitor:	20389680205
RG: MG 10 565 884	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 044 632 196-63
Endereço:	Rua Lia Matos, 46		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Neuza Justina Santos</i>		

Nome do dirigente:		Helcio José Ferreira	
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	043029350230
RG: MG-17 666 667	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 936 714 238-20
Endereço:	Rua Tito Maria, 22		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Helcio José Ferreira</i>		

Nome do dirigente:		Maria Marlene Neves	
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	037762850213
RG: MG 787 242	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 727 232 466-04
Endereço:	Rua Graão Mogol, 10		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Maria Marlene Neves</i>		

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1.º O CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM fundada em 21 de maio de 1995, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com prazo de duração indeterminado, com sede no município de BOTUMIRIM à rua Tito Maria, 30 Centro, CEP 39596-000 estado de MINAS GERAIS e foro na cidade de GRÃO MOGOL - MG

ART. 2.º A Associação Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, tem por finalidade a assistência social, através de programas sociais.

ART. 3.º No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

ART. 4.º São finalidades da Associação:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio econômicas da comunidade;
- II. Reunir recursos disponíveis materiais humanos e assistenciais, através da união de esforços, pondo-o a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento;
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação;
- IV. Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com a Lei 9.612 /98
- V. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a comunidade;
- VI. Servir de ligação entre população da comunidade e a urbana aumentando o seu intercâmbio;

ART. 5.º Para atingir seus objetivos a associação se dedicará as seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas sociais;
- II. Colaborar com órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade;
- III. Participar da análise e interpretação de dado básico da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade;

- IV. Colaborar na elaboração, execução de programas de saúde e higiene;
- V. Reivindicar, perante as entidades públicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobretudo quanto à saúde, educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário;
- VI. Promover eventos sociais e recreativos;
- VII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

ART. 6.º A área de atuação da Associação será a área da comunidade.

ART. 7.º A Associação não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIRETORES E DEVERES

ART. 8.º A Associação será constituída por número ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestam interesse em contribuir para execução dos objetivos da instituição.

§ 1º A admissão dar-se-á a pedido do associado, mediante manifestação dirigida a diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

§ 2º A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembléia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 dias após o associado ter sido notificado por inscrito;

§ 3º O associado poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 dias contados da data de recebimento da notificação.

§ 4º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Primeira Assembléia Geral;

§ 5º A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado, não recorrer da penalidade, no prazo previsto no 3º artigo.

ART. 9.º Haverá as seguintes categorias de associados:

1. FUNDADORES: São aqueles que participam da Assembléia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
2. BENEMÉRITOS: São aqueles que prestaram a entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;


Rogério Adriano Batista
ADVOGADO
OAB-MG 101903

3. **HONORÁRIOS:** São aqueles que prestaram serviço de notoriedade e assim se fizeram credores dessa homenagem apontados por proposta da diretoria à Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
4. **CONTRIBUÍNTES:** São aqueles que contribuem com uma importância mensal no valor e na modalidade estabelecida pela diretoria.

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

ART. 10.º São direitos dos associados:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das Assembléias Gerais;

§ 1º São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria

§ 2º Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 11.º. A Associação será administrada por:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria executiva;
- III – Conselho Fiscal.


ART 12.º. O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) membros eleitos pela assembléia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de Vacância o mandato será assumido por um associado indicado pela Assembléia Geral, até seu término;

ART. 13.º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;


Rogério Adriano Batista
ADVOGADO
OAB/MG 101800

- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

PARAGRAFO ÚNICO: O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

ART. 14.º. A Diretoria, eleita por Assembléia Geral Ordinária para um período de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos uma única vez, para período subsequente, compõe-se de:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice-Secretário;
- V. Tesoureiro.
- VI. Vice- tesoureiro;

ART. 15.º. Compete a Diretoria:

- I. Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II. Exercer a administração de acordo com o estatuto, tomando as medidas necessárias para atender as finalidades;
- III. Autorizar despesas;
- IV. Resolver casos omissos;
- V. Propor alterações estatutárias;
- VI. Convocar Assembléia Geral;
- VII. Contratar e demitir funcionários;

ART. 16.º. A Diretoria Executiva reunir-se-á de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando for necessário.

ART. 17.º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a associação judicialmente e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as assembléias Gerais;
- III. Solucionar os casos de urgência, submetendo-os a seguir a aprovação da Diretoria;
- IV. Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de dinheiro;

Rogério Adriano Batista

- V. Nomear comissão especial;
- VI. Assinar correspondência da Associação;

ART. 18.º. Compete ao vice- presidente:

Substituir o presidente em sua falta ou impedimento;

ART. 19.º. Compete ao Secretário:

- I. Organizar e ter sobre sua guarda os arquivos da associação;
- II. Redigir ou fazer redigir toda correspondência;
- III. Ter sobre sua guarda o livro de ata;
- IV. Lavrará ou fazer lavrar as atas;
- V. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Secretário;

ART. 20.º. Compete ao tesoureiro:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade o Patrimônio da Associação;
- II. Arrecadas mensalidades, contribuintes e demais rendas;
- III. Assinar com o respectivo presidente os cheques e demais papéis relativos a Associação;
- IV. Ter sobre sua guarda o livro de caixa;
- V. Efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-tesoureiro;

ART. 21.º. Compete exclusivamente a Assembléia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto;
- V. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- VI. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens;
- VIII. Decidir sobre extinção da entidade;


Rogério Adriano Batista
Oficial Inscrito

- IX. Aprovar o Regime Interno;
- X. Instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 /98
- XI. Convocar reunião, desde que seja solicitada por 1/5 dos associados;

PARAGRAFO ÚNICO: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes"

ART. 22.º. A Assembléia geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;

CAPITULO IV DAS ELEIÇÕES

ART. 23.º A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação.

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutínio entre os dois mais votados.

ART. 24.º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

CAPITULO V DO PATRIMÔNIO

ART. 25.º. A receita da Associação necessária a sua manutenção será constituída por:

- I. Contribuição mensal dos Associados para manutenção da mesma;


Regina Maria Brito
ADVOGADA
OAB/SP 11.111

- II. Doações de qualquer natureza recebidas;
- III. Produto líquido de promoções de beneficência;
- IV. rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha possuir;
- V. Auxílio e subvenções que venha a receber do Poder Público;
- VI. Auxílio ou recursos de convênio que venha a receber de entidades privadas

§ 1º O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública;

§ 2º Essas rendas e recursos de eventuais resultados operacional serão aplicadas integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais, no território nacional.

§ 3º A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto;

ART. 26.º. As atividades dos diretores e conselheiros, bem como a dos associados, benfeitores ou equivalentes, serão necessariamente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

CAPITULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 27.º. O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

ART. 28º. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

ART. 29º. No caso de dissolução da entidade os bens remanescentes de seu patrimônio serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes;


Rogério Adriano Batista
Oficial Interino

ART. 30.º. A Associação só poderá ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar ilícita, impossível ou inútil a continuação das atividades a que se destina esta associação.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 31.º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

ART. 32.º. - Fica eleito o foro da Comarca de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.

ART. 33.º. - Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

BOTUMIRIM - MINAS GERAIS

[Assinatura]
Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
CNPJ: 01.204.898/0001-82

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82	
Protocolado sob nº <u>7.080</u>	Livro <u>A-1</u>
Registro nº <u>234</u>	Livro nº <u>A-3</u> Fls. <u>100</u>
Avariação <u>A-1-3-434</u> Livro nº <u>A-3</u> Fls. <u>100</u>	
Uma via arquivada neste cartório.	
Grão Mogol (MG) <u>14</u> de <u>10</u> de <u>2022</u>	
(a) <u>Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Oficial Interno</u>	

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol	
SELO DE CONSULTA: DFX41989 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3754643745132115	
Quantidade de atos publicados: 1 Atos praticados por: Mariana Rodrigues Paulino - Escrevente	
ISSON: R\$ 0,10 Emol: R\$ 5,48	Recorre: R\$ 9,31 TFJ: R\$ 1,70 TOTAL: R\$ 7,38
Consultar a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol	
SELO DE CONSULTA: DFX41990 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9507693889546906	
Quantidade de atos publicados: 11 Atos praticados por: -	
ISSON: R\$ 2,67 Emol: R\$ 195,17	Recorre: R\$ 11,09 TFJ: R\$ 84,58 TOTAL: R\$ 264,42
Consultar a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

Ata de Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da
Nova Diretoria e Conselho Fiscal do Conselho Comunitá-
rio dos Moradores e Amigos de Batumirim - MG locali-
zado à Rua Joaquim Emanuel, 71 Centro da Cidade de
Batumirim - MG CNPJ: 00800411/0001-61

Por 13 (treze) dias do mês de janeiro de 2019 (dois mil
e dezesseis) reunidos em primeira convocação, no local
denominado Centro Social à rua Joaquim Emanuel, 71
Centro de Batumirim - MG os associados Sebastião Ba-
tista de Andrade, brasileiro, casado, pedreiro, residente
à rua São Geraldo, 01 CPF 586308996-20 dgo CPF 492.622
386-49, RG MS 361045; Maria Elizeth de Andrade, brasileira,
casada, auxiliar de enfermagem residente à rua São Ge-
raldo 01, CPF 586308996-20, RG MG 5940355; Jhuana das
Graças Andrade e Silva, brasileira, casada, professora, re-
sidente à rua São Geraldo 01, CPF 044534406-77, RG 12221757;
José Elton Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, pedreiro
residente à rua Gualter Angelo 16, CPF 503502506-34, RG MS
841777; Neuge Justina Santos, brasileira, casada, trabalha-
dora rural residente à rua Lia Matos 46, CPF 044632198-63,
RG MG 16565884; Maria Marlene Neres, brasileira, viúva, tra-
balhadora rural residente à rua Grão Mogol 16, CPF 727
232466-04; RG MS 787242; Hélio José Ferreira, brasileiro, ca-
sado, trabalhador rural, residente à rua Tito Maria 22,
CPF 936714238-20, RG MG 17666667; Monizete Ferreira Santos,
brasileiro, solteiro, auxiliar de enfermagem, residente à
rua Elpidio Mateus, 54 CPF 241407406-04, RG MS 381999; Maria
Cleonice do Nascimento, brasileira, solteira, ajudante de
serviços Gerais, CPF 051642676-16, RG MG 11932837, residente
à rua Lia Matos 34; Eva Ferreira dos Santos Reis, brasilei-
ra, casada, auxiliar de serviços da educação básica, CPF
061051616-70, RG MG 16071479 residente à rua Joaquim E-

se da nova diretoria e Conselho Fiscal, foram a pre-
sência dos trabalhos o Sr. José Ideu Rodrigues da Silva,
presidente da associação. Para secretariar os trabalhos
designou a Sr. Joaquina das Graças Andrade e Silva dando
por instalada a assembleia. Foi apresentada a chapa
única inscrita para nova diretoria e conselho fiscal com-
tituida pelos seguintes membros: Diretoria: Presidente: Joia-
na das Graças Andrade e Silva, brasileira, casada, professora
residente à rua João Geraldo, 01, CPF 044534406-77, RG MG 12221
757; Vice-Presidente: Relatário Batista de Andrade, brasileiro,
casado, pedreiro, residente à rua João Geraldo, 01, CPF 492.622
386-49, RG MG 5361045; Tesoureiro: Maria Elzeth de Andrade, bra-
sileira, casada, auxiliar de enfermagem, residente à rua João
Geraldo, 01, CPF 586.308.936-20, RG MG 5940355; Vice-Tesoureira:
Neusa Justina Santos, brasileira, casada, trabalhadora ru-
ral, residente à rua Lúcia Matos 46, CPF 044.632.196-63, RG MG
16565884; Secretário: José Ideu Rodrigues da Silva, brasileiro,
casado, pedreiro, residente à rua Gualter, Angelo 16, CPF 503
502506-34, RG MG 8841777; Vice-Secretário: Domizete Ferreira San-
tos, brasileiro, solteiro, auxiliar de enfermagem, residente à
rua Cipídio Mateus 54, CPF 241407406-04, RG MG 3381999. Con-
selho Fiscal Membros Efetivos: Helcio José Ferreira, brasilei-
ro, casado, trabalhador rural, residente à rua Tito Ma-
ria 22, CPF 936.714.238-20, RG MG-17666667; Maria Madlene
Neres, brasileira, viúva, trabalhadora rural, residente à
rua Grão Mogol 16, CPF 727232466-04, RG MG 8787242. Mem-
bros Suplentes: Maria Elionice do Nascimento, brasileira,
solteira, ajudante de serviços gerais, residente à rua Lúcia
Matos 34, CPF 051642676-16, RG MG 11932837; Eva Ferreira das
Santos Reis, brasileira, casada, auxiliar de serviços da
Educação Básica, CPF 061051636-70, (M) RG MG 16071479, resi-
dente à rua Joaquim Emanuel 48, após a apresenta-

auditoria e Conselho Fiscal terão mandato de 13 (treze) de janeiro de 2019 a 13 (treze) de janeiro de 2021. Após a eleição a chapa eleita foi imediatamente empossada. Nada mais havendo a deliberar, o presidente determinou a suspensão da sessão pelo tempo necessário à transcrição da ata. Realizada a sessão, foi lavrada por mim Adriano das Graças Andrade e filha a presente ata que lida e achada em conformidade será assinada por mim e demais presentes. Adriano das Graças Andrade e filha José Edson Rodrigues da Silva
Maria Elizete de Andrade
Sebastião Batista de Andrade
Maria Marlene Neves
José Elcio José Ferreira
Domizete F. Santos
Luiz Fernando dos Santos Reis
Neusa Justina Santos
Marta Clomir de Almeida

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82

Protocolado sob nº 6448 Livro A-1
Registro nº 610 Livro nº A-5 Fls. 282
Averbção --- Livro nº --- Fls. ---
Uma via arquivada neste cartório.
Grão Mogol (MG) 01 de Fevereiro de 2019
(a) Luciano Dutra Soares
Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Oficial Interino
Luciano Dutra Soares - Escrevente

Emolpo: R\$ 168,65
Recomp: R\$ 59,64
Grão Mogol, 01/02/2019
Soares

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Grão Mogol
SELO ELETRÔNICO Nº: CID52069
COD. SEG.: 5397422614084830 Qtd. Atos: 1
ISSQN: R\$ 0,10 Recomp.: R\$ 0,30
Emol: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,85 TOTAL: R\$ 7,05
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

**CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.**

Grão Mogol - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82

Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
Escrevente Juramentado: Luciano Dutra Soares

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Grão Mogol

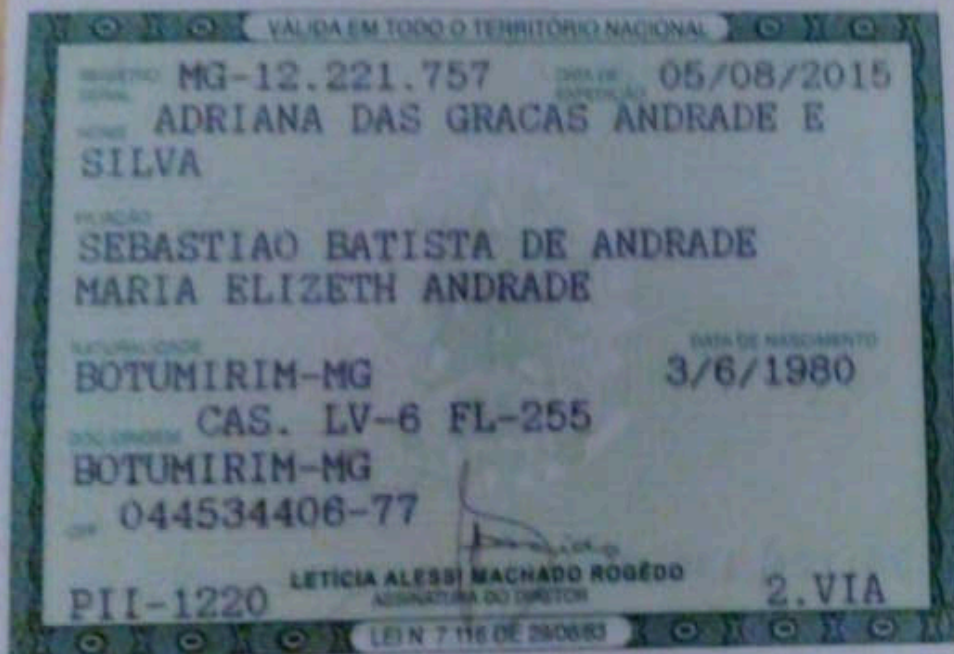
SELO ELETRÔNICO Nº: CID52069
COD. SEG.: 1134708461565895 Qtd. Atos: 7
ISSQN: R\$ 3,28 Recomp.: R\$ 9,82

Emol: R\$ 173,47 TFJ: R\$ 57,90 TOTAL: R\$ 231,37
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

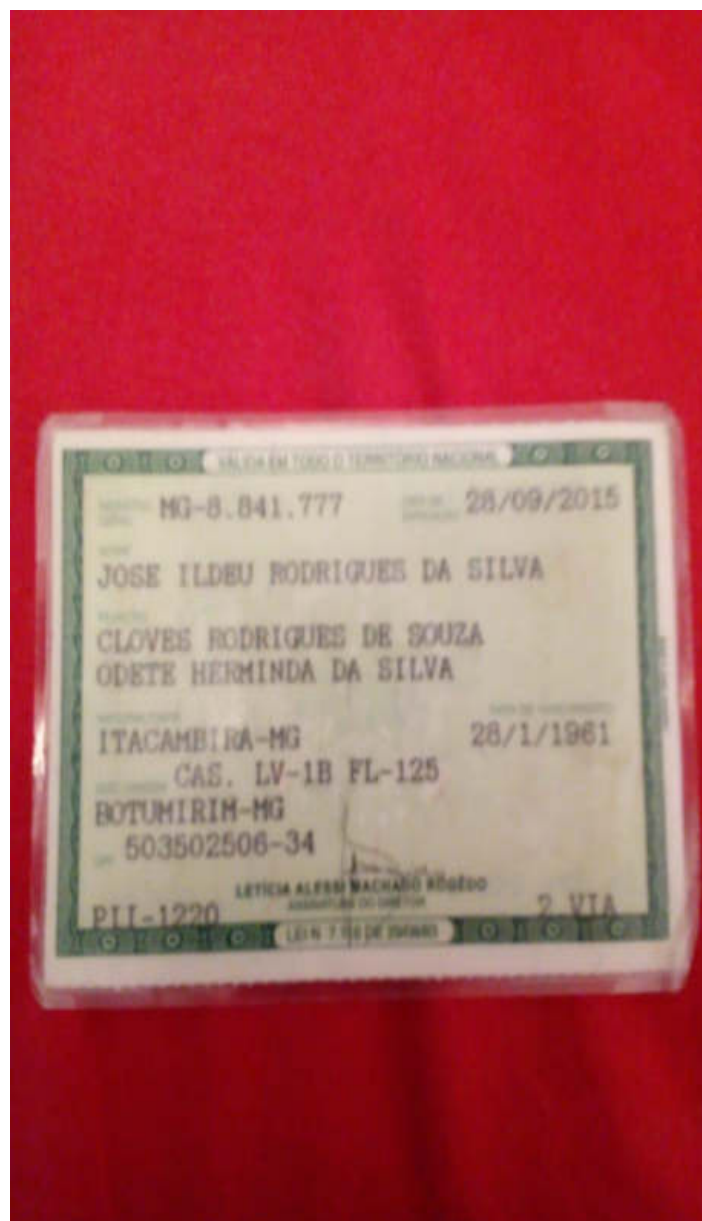
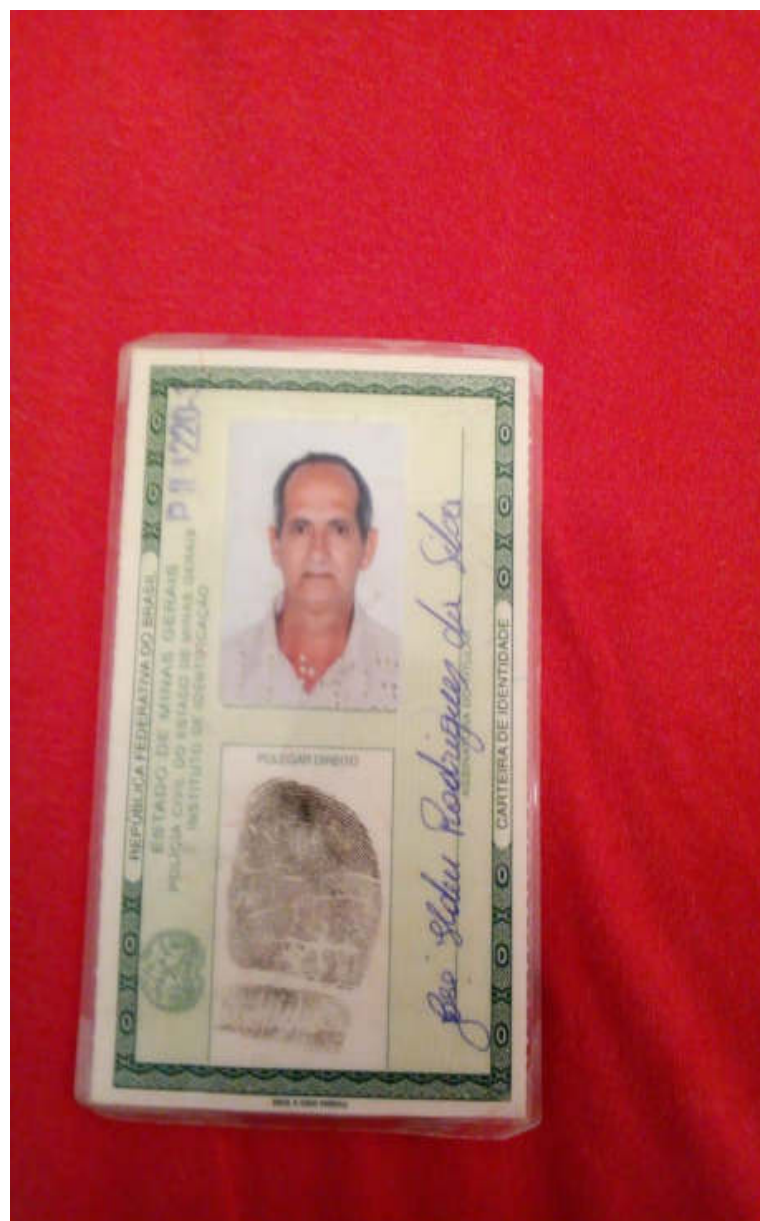
**CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.**

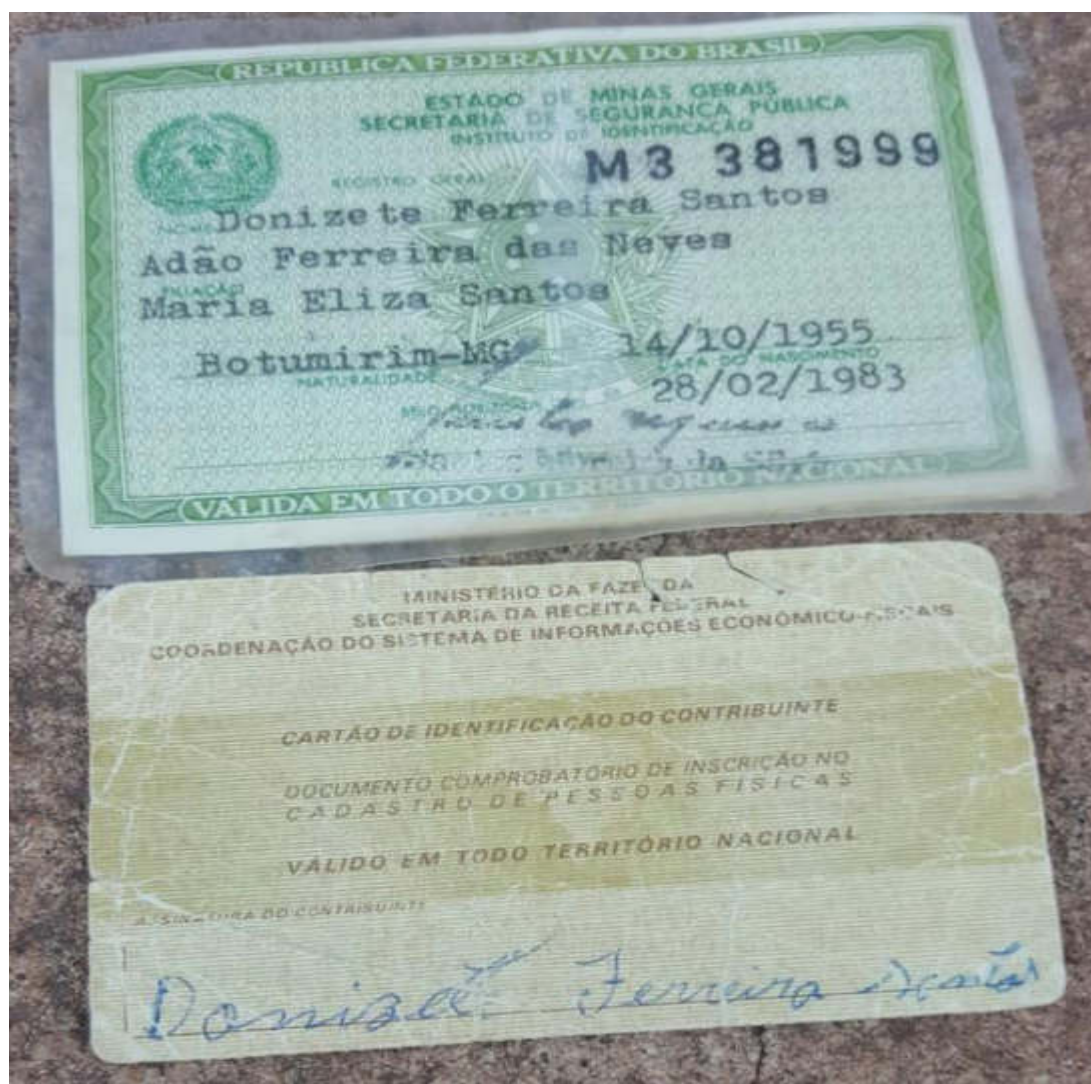
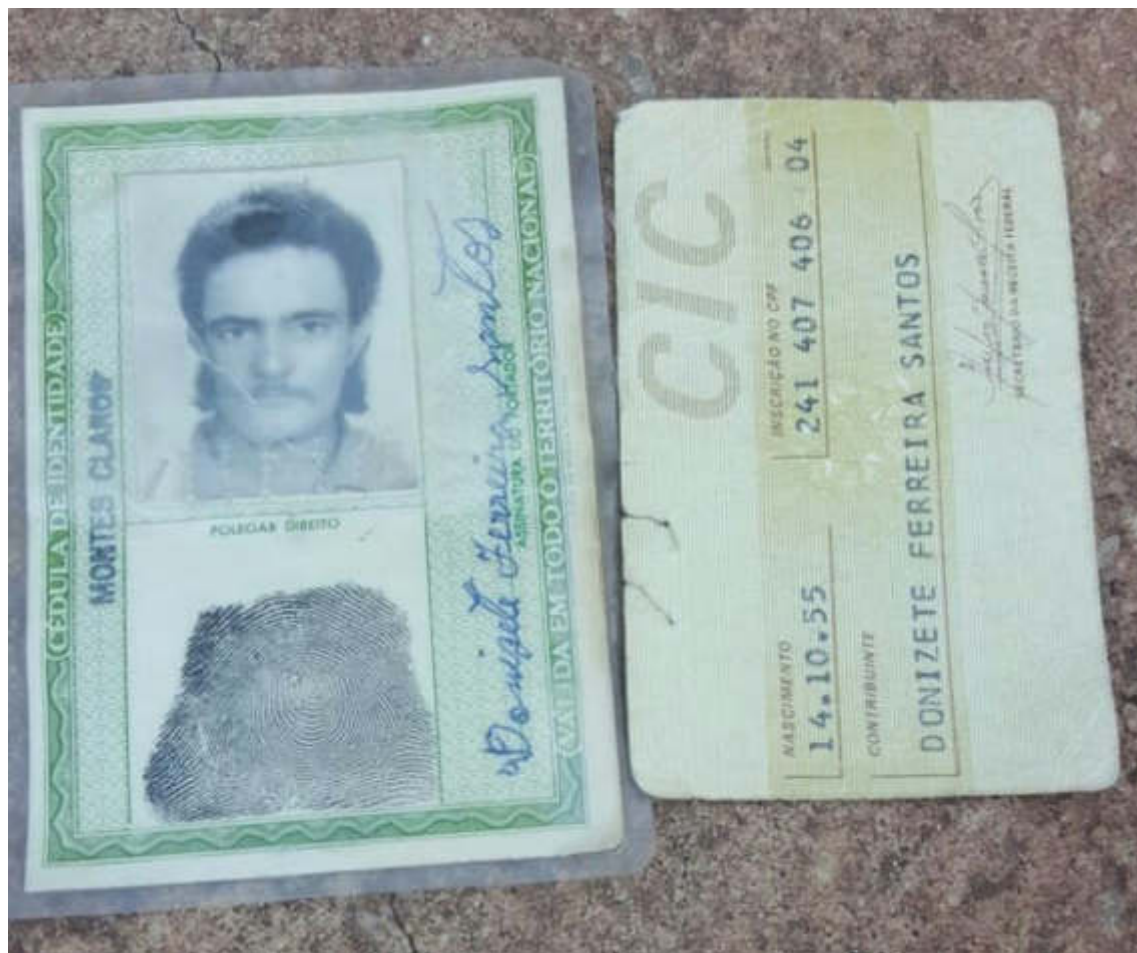
Grão Mogol - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82

Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferreira Paulino









REGISTRO NACIONAL M-5.940.355 DATA DE EMISSÃO 16/11/88

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME MARIA ELIZETH DE ANDRADE

FILIAÇÃO SEBASTIAO RODRIGUES DAS NEVES
CARLINDA FERREIRA DO AMARAL

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 12/03/59

DOC. ORIGEM CAS.LV-05B FL-20V BOTUMIRIM-MG

CPF 048.070.420-12

ASSINATURA *Maria Elizeth de Andrade* PII-336

70

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

FOLGEM (DIREITO)

Maria Elizeth de Andrade

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura *Maria Elizeth de Andrade*

MARIA ELIZETH DE ANDRADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 02/04/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA ELIZETH DE ANDRADE

Nº de Inscrição 586308996-20

Data do Nascimento 12/03/59

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII-1306-1

POLEGAR DIREITO

Neusa Justina Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

MG-16.565.884

DATA DE EXPEDIÇÃO 13/09/2006

NOME

NEUSA JUSTINA SANTOS

RELACAO

AUGUSTO BARROSO DOS SANTOS

SANTA JUSTINA FRANCO

NATURALIDADE

BOTUMIRIM-MG

DOC CIVIL NASC. LV-5A FL-225V

BOTUMIRIM-MG

044632196-63

ASSINATURA DO DETENTOR

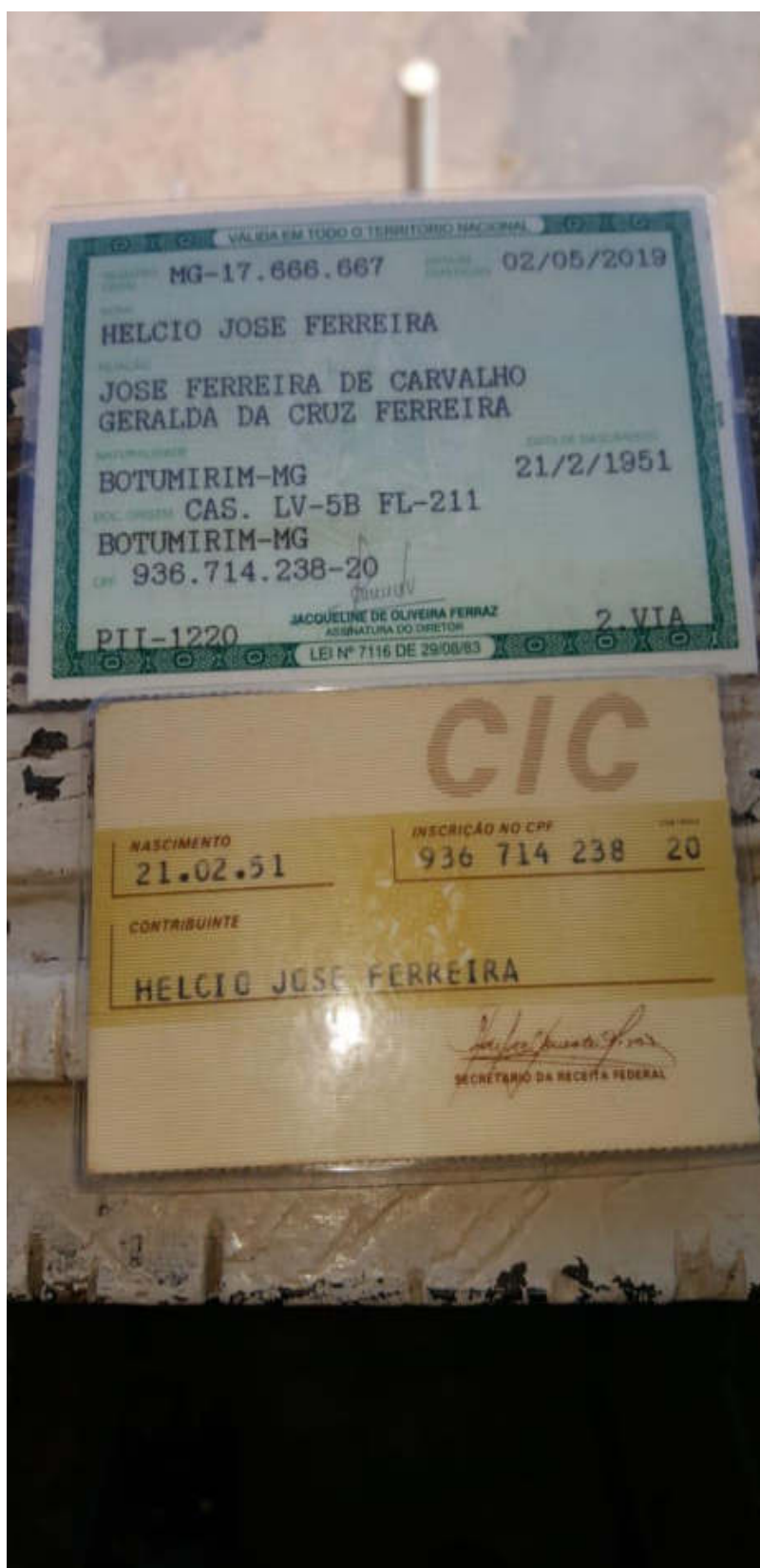
NILMA D. REIS SANTOS

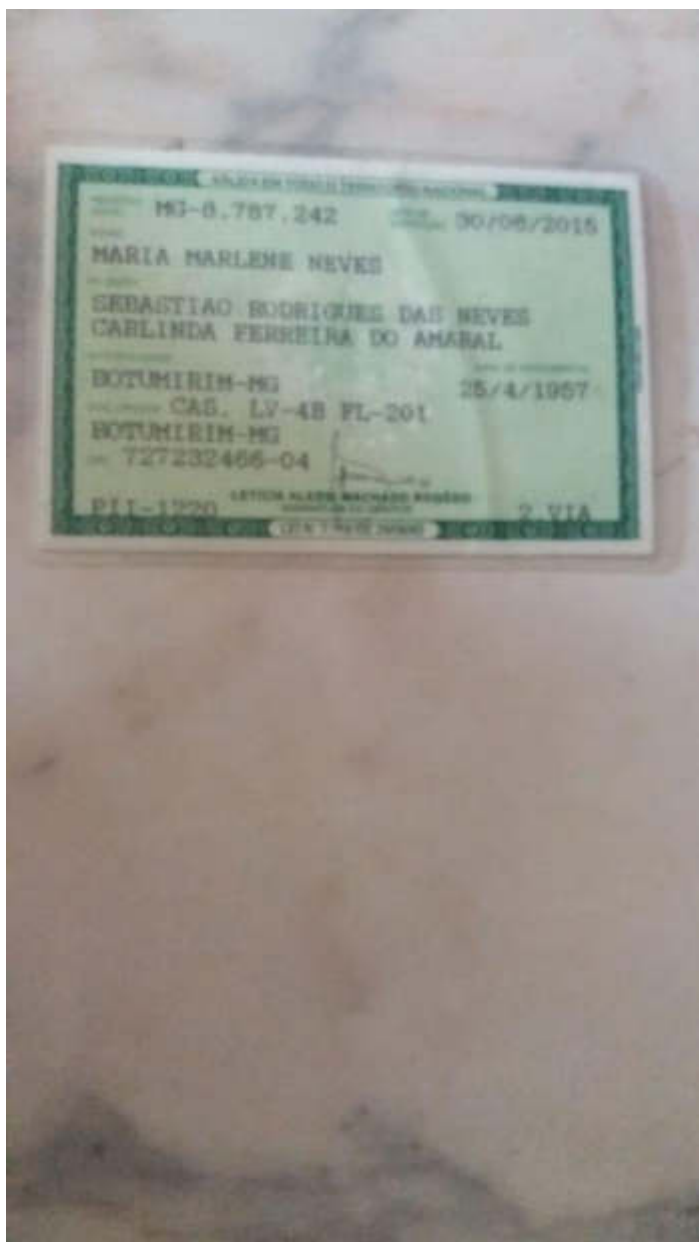
PII-1306

LEIN 7.16 DE 29/06/83

DATA DE NASCIMENTO 30/8/1954

1. VIA







CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM-MG

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim- MG-cep- 39596-000

RELATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E COMISSÃO

O serviço de Rádio Difusão Comunitária que é veiculado sob a responsabilidade do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos em conformidade com a lei 9.612/98 e em obediência ao Art. 4º lei apresenta uma programação voltada à comunidade que atende na sede do Município de Botumirim - MG com a seguinte grade referente à **Janeiro de 2019**, conforme solicitado no **ofício nº 6457/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 539000.060830/2015-01 nº sei 3887277**:

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

05:00 as 07:00 Programa Sertanejo raiz intitulado Alegria Sertão que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

07:00 as 11:00 Programa de músicas diversificada intitulado Conexão 87,9 que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

11:00 as 12:00 Horários destinado as instituições religiosas e sob responsabilidade das mesmas distribuído da seguinte maneira:

- I. **SEGUNDA-FEIRA** – Igreja Assembléia de Deus do Ministério de Limeira;
- II. **TERÇA- FEIRA** – Igreja Assembléia de Deus do Ministério de Limeira;
- III. **QUARTA – FEIRA** - Igreja Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;
- IV. **QUINTA-FEIRA** - Igreja Católica Apostólica Romana;
- V. **SEXTA – FEIRA** - Igreja Católica Apostólica Romana;

12:00 as 13:00 Programa gospel intitulado Tarde legal que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

13:00 as 17:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Estilo musical que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

17:00 as 19:00 Programa Sertanejo raiz intitulado Descansa Sertão que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

19:00 as 20:00 VOZ DO BRASIL em conformidade com a Lei 4.117/1962;

20:00 as 22:00 Programa de músicas românticas antigas intitulado Matando Saudade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

OBSERVAÇÃO: Quinzenalmente é transmitida nas SEGUNDAS-FEIRAS das 14:00 as 18:00 ao vivo, a reunião da Câmara Municipal de vereadores da cidade de Botumirim – MG, conforme calendário de Reuniões Ordinárias da instituição, repassada antecipadamente no início de cada ano a esta emissora;

FINAIS DE SEMANA

SÁBADO

05:00 AS 07:00 Horário reservado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, veicula músicas sertanejas na ausência do uso do mesmo pela entidade;

08:00 as 12:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Interatividade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

12:00 as 13:00 Igreja Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;

13:00 as 17:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Livre Musical que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

17:00 as 21:00 Programa de músicas ao vivo com apresentação dos artistas da terra que se dispõem a vir ao Studio, atendendo ao pedido do ouvinte com recados e

oferecimentos das músicas cantadas ao vivo, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais e apoio cultural;

21:00 as 00:00 Programação livre de músicas mais calmas, veiculando campanhas sócias e utilidade pública;

DOMINGO

00:00 as 05:00 Programação livre de músicas mais calmas, veiculando campanhas sócias e utilidade pública;

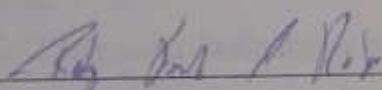
05:00 AS 07:00 Programa Sertanejo Livre que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

08:00 as 12:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Interatividade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

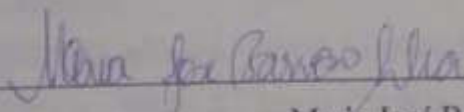
12:00 as 00:00 Programa de músicas diversificadas que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

Sem mais, e em conformidade com a lei 9612\98, informamos que em Janeiro de 2020, segue a mesma programação, agradecemos.

Botumirim, 12 de Janeiro de 2019



Rodrigo Fernandes Alves Rodrigues (2º Sargento da PM)
Representante do Destacamento da Polícia Militar de Botumirim – MG



Maria José Barroso Silva
Igrejas Evangélicas de Botumirim – MG

Maria Áurea de Almeida Santos

Maria Áurea de Almeida Santos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Botumirim - MG

Lília Maria dos Santos

Lília Maria dos Santos

Igreja Católica Apostólica de Botumirim - MG

Nilson Antônio Ferreira

Nilson Antônio Ferreira

Sindicato dos Servidores Municipais de Botumirim - MG

Graciano Pereira Lopes

Graciano Pereira Lopes

Associações do Município de Botumirim - MG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.800.411/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/09/1995
NOME EMPRESARIAL CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Não dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Não dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente (Não dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R TITO MARIA	NÚMERO 30	COMPLEMENTO *****
CEP 39.596-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BOTUMIRIM
		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **17/12/2019** às **16:35:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS
MORADORES E AMIGOS DE
BOTUMIRIM – MG**

CNPJ: 00.800.411/0001-61

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:33:29 do dia 12/01/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/02/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.800.411/0001-61

Razão Social: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM

Endereço: RUA TITO MARIA 30 / CENTRO / BOTUMIRIM / MG / 39596-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2020 a 09/02/2020

Certificação Número: 2020011102391593242320

Informação obtida em 17/01/2020 04:52:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
CNPJ: 00.800.411/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:59:42 do dia 16/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/06/2020.

Código de controle da certidão: **763A.FC1D.2EEC.20C0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 00.800.411/0001-61

Certidão nº: 192165942/2019

Expedição: 16/12/2019, às 11:06:27

Validade: 12/06/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.800.411/0001-61**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	00.800.411/0001-61
NOME EMPRESARIAL:	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/12/2019 às 16:39 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim - MG-cep- 39596-000

OFÍCIO 0001/2020/CCMAB

AO SENHOR: YROA ROBLEDO FERREIRA

Coordenador-Geral de Rádio Difusão Comunitária

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Botumirim, 17 de Janeiro de 2020

Conforme solicitado em ofício protocolado no CADSEI dia 18 de dezembro de 2019 as 18:18h solicitando PRORROGAÇÃO DE PRAZO previsto no art. 136-C da Portaria nº 4334/2015 estamos enviando a documentação para RENOVAÇÃO DA AUTORGA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO AUTORIZADO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM solicitada pelo **OFÍCIO Nº40826/SERC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC** que encaminha a nota técnica relativa à análise do **PROCESSO Nº 01250.011289/2016-89**.

Informo que seguidas as orientações desta nota técnica todas as pendências foram resolvidas e adequadas e segue toda documentação conforme exigido;

Informo ainda que conforme O art 7º, inciso III da PORTARIA nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela portaria nº 1.909/2018, e em conformidade com o art. 11 da Lei 9.612/ 1998 esta diretoria não excede parentesco em mais da metade da mesma, limite permitido por lei, nem possui membros em mandato eletivo, órgão partidário, cargo de confiança no município ou dignidade eclesiástica.

Reitero que os documentos também serão enviados via CADSEI.

Sem mais, e contando com a Vossa plena compreensão, registro aqui meus sinceros agradecimentos.

Adriana das Graças Andrade e Silva

Adriana das Graças Andrade e Silva RG - MG 12221757

Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim -
MG

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 22/01/2020 às 14:00 horas

Assinado

Pereira

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

Razão Social:	Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim				
Nome Fantasia:		CNPJ:	00.800.411/0001-61		
Endereço de Sede:	Rua Tito Maria, 30				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Nome do representante legal:	Adriana das Graças Andrade e Silva				
Endereço eletrônico (e-mail):	drykandrade.99@gmail.com				

Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
------------	-----------	-----	----	------	-----------

Endereço:	Rua Deça Guimarães, 04, Centro				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	16 ° (N/S)	534 ' 700 "		
	Longitude:	43 ° W	003 ' 500 "		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:		Adriana das Graças Andrade			
Cargo:	Presidente		Tit. Eleitor:		135022900281
RG: MG 12221757		Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	04453440677
Endereço:	Rua São Geraldo, 01				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Assinatura:	Adriana das Graças Andrade				

Nome do dirigente:		Sebastião Batista de Andrade			
Cargo:	Vice-Presidente		Tit. Eleitor:		37763720256
RG: M5 361 045		Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	492 622 386 49
Endereço:	Rua São Geraldo, 01				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Assinatura:	Sebastião Batista de Andrade				

Nome do dirigente:		José Ildeu Rodrigues da Silva			
Cargo:	Secretário		Tit. Eleitor:		037760840205
RG: M8 841 777		Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	503 502 506 34
Endereço:	Rua Gualter Angelo, 16				
Município:	Botumirim	UF:	MG	CEP:	39596-000
Assinatura:	José Ildeu Rodrigues da Silva				

Nome do dirigente:		Donizete Ferreira Santos			
Cargo:	Vice-Secretário		Tit. Eleitor:		20389640272
RG: M3 381 999		Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	241 407 406 04

Emissor:			
Endereço:	Rua Elpidio Mateus, 54		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Donizete F. Santos</i>		

Nome do dirigente:		Maria Elizeth de Andrade	
Cargo:	Tesoureira	Tit. Eleitor:	43026530221
RG: MG 5 940 355	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 586 308 996 20
Endereço:	Rua São Geraldo, 01		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Maria Elizeth de Andrade</i>		

Nome do dirigente:		Neuza Justina Santos	
Cargo:	Vice-tesoureira	Tit. Eleitor:	20389680205
RG: MG 16 565 884	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 044 632 196 - 63
Endereço:	Rua Lia Matos, 46		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Neuza Justina Santos</i>		

Nome do dirigente:		Helcio José Ferreira	
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	043029350230
RG: MG-17 666 667	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 936 714 238 - 20
Endereço:	Rua Tito Maria, 22		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Helcio José Ferreira</i>		

Nome do dirigente:		Maria Marlene Neves	
Cargo:	Conselho Fiscal	Tit. Eleitor:	037762850213
RG: MG 787 242	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF: 727 232 466 - 04
Endereço:	Rua Graão Mogol, 16		
Município:	Botumirim	UF:	MG CEP: 39596-000
Assinatura:	<i>Maria Marlene Neves</i>		

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1.º O CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM fundada em 21 de maio de 1995, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com prazo de duração indeterminado, com sede no município de BOTUMIRIM à rua Tito Maria, 30 Centro, CEP 39596-000 estado de MINAS GERAIS e foro na cidade de GRÃO MOGOL - MG

ART. 2.º A Associação Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, tem por finalidade a assistência social, através de programas sociais.

ART. 3.º No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

ART. 4.º São finalidades da Associação:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio econômicas da comunidade;
- II. Reunir recursos disponíveis materiais humanos e assistenciais, através da união de esforços, pondo-o a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento;
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação;
- IV. Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com a Lei 9.612 /98
- V. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a comunidade;
- VI. Servir de ligação entre população da comunidade e a urbana aumentando o seu intercâmbio;

ART. 5.º Para atingir seus objetivos a associação se dedicará as seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas sociais;
- II. Colaborar com órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade;
- III. Participar da análise e interpretação de dado básico da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade;

- IV. Colaborar na elaboração, execução de programas de saúde e higiene;
- V. Reivindicar, perante as entidades públicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobretudo quanto á saúde, educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário;
- VI. Promover eventos sociais e recreativos;
- VII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

ART. 6.º A área de atuação da Associação será a área da comunidade.

ART. 7.º A Associação não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIRETORES E DEVERES

ART. 8.º A Associação será constituída por número ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestam interesse em contribuir para execução dos objetivos da instituição.

§ 1º A admissão dar-se-á a pedido do associado, mediante manifestação dirigida a diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

§ 2º A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembléia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 dias após o associado ter sido notificado por inscrito;


§ 3º O associado poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 dias contados da data de recebimento da notificação.

§ 4º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Primeira Assembléia Geral;

§ 5º A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado, não recorrer da penalidade, no prazo previsto no 3º artigo.

ART. 9.º Haverá as seguintes categorias de associados:

1. **FUNDADORES:** São aqueles que participam da Assembléia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
2. **BENEMÉRITOS:** São aqueles que prestaram a entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;


Rogério Adriano Batista
ADVOGADO
OAB-MG 101903

3. HONORÁRIOS: São aqueles que prestaram serviço de notoriedade e assim se fizeram credores dessa homenagem apontados por proposta da diretoria à Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
4. CONTRIBUINTES: São aqueles que contribuem com uma importância mensal no valor e na modalidade estabelecida pela diretoria.

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

ART. 10.º São direitos dos associados:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das Assembléias Gerais;

§ 1º São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria

§ 2º Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 11.º. A Associação será administrada por:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria executiva;
- III – Conselho Fiscal.

ART 12.º. O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) membros eleitos pela assembléia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de Vacância o mandato será assumido por um associado indicado pela Assembléia Geral, até seu término;

ART. 13.º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;


Rogério Adriano Batista
ADVOGADO
OAB/MG 10999

- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

PARAGRAFO ÚNICO: O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

ART. 14.º. A Diretoria, eleita por Assembléia Geral Ordinária para um período de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos uma única vez, para período subsequente, compõe-se de:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice-Secretário;
- V. Tesoureiro.
- VI. Vice- tesoureiro;

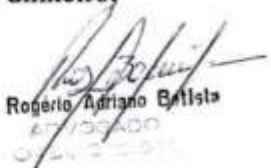
ART. 15.º. Compete a Diretoria:

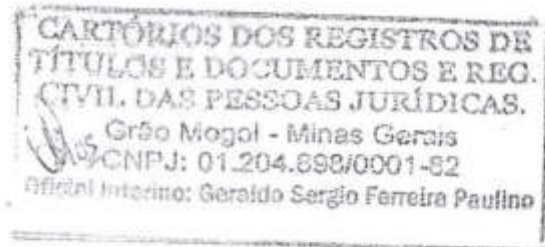
- I. Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II. Exercer a administração de acordo com o estatuto, tomando as medidas necessárias para atender as finalidades;
- III. Autorizar despesas;
- IV. Resolver casos omissos;
- V. Propor alterações estatutárias;
- VI. Convocar Assembléia Geral;
- VII. Contratar e demitir funcionários;

ART. 16.º. A Diretoria Executiva reunir-se-á de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando for necessário.

ART. 17.º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a associação judicialmente e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as assembléias Gerais;
- III. Solucionar os casos de urgência, submetendo-os a seguir a aprovação da Diretoria;
- IV. Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de dinheiro;


Rogério Adriano Batista
07/09/2020
02/09/2020



- V. Nomear comissão especial;
- VI. Assinar correspondência da Associação;

ART. 18.º. Compete ao vice- presidente:

Substituir o presidente em sua falta ou impedimento;

ART. 19.º. Compete ao Secretário:

- I. Organizar e ter sobre sua guarda os arquivos da associação;
- II. Redigir ou fazer redigir toda correspondência;
- III. Ter sobre sua guarda o livro de ata;
- IV. Lavrará ou fazer lavrar as atas;
- V. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Secretário;

ART. 20.º. Compete ao tesoureiro:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade o Patrimônio da Associação;
- II. Arrecadas mensalidades, contribuintes e demais rendas;
- III. Assinar com o respectivo presidente os cheques e demais papéis relativos a Associação;
- IV. Ter sobre sua guarda o livro de caixa;
- V. Efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-tesoureiro;

ART. 21.º. Compete exclusivamente a Assembléia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto;
- V. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- VI. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens;
- VIII. Decidir sobre extinção da entidade;

Rogério Adriano Batista

- IX. Aprovar o Regime Interno;
- X. Instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 /98
- XI. Convocar reunião, desde que seja solicitada por 1/5 dos associados;

PARAGRAFO ÚNICO: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes”

ART. 22.º. A Assembléia geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;

CAPITULO IV DAS ELEIÇÕES

ART. 23.º A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação.

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutínio entre os dois mais votados.

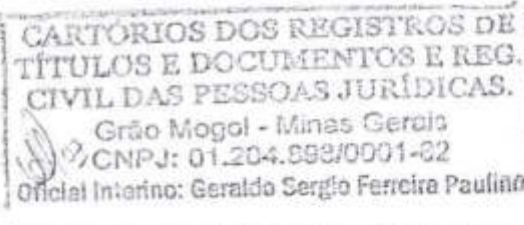
ART. 24.º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

CAPITULO V DO PATRIMÔNIO

ART. 25.º. A receita da Associação necessária a sua manutenção será constituída por:

- I. Contribuição mensal dos Associados para manutenção da mesma;


Reginaldo Antônio Batista
CNPJ: 01.204.698/0001-82
Oficial Interino



- II. Doações de qualquer natureza recebidas;
- III. Produto líquido de promoções de beneficência;
- IV. rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha possuir;
- V. Auxílio e subvenções que venha a receber do Poder Público;
- VI. Auxílio ou recursos de convênio que venha a receber de entidades privadas

§ 1º O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública;

§ 2º Essas rendas e recursos de eventuais resultados operacional serão aplicadas integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais, no território nacional.

§ 3º A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto;

ART. 26.º. As atividades dos diretores e conselheiros, bem como a dos associados, benfeitores ou equivalentes, serão necessariamente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

CAPITULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 27.º. O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

ART. 28º. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

ART. 29º. No caso de dissolução da entidade os bens remanescentes de seu patrimônio serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes;



Rogério Adriano Batista

ART. 30.º. A Associação só poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar ilícita, impossível ou inútil a continuação das atividades a que se destina esta associação.

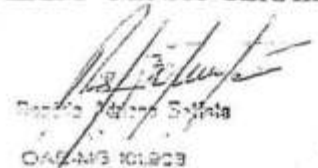
CAPITULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 31.º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal e Assembléia Geral.

ART. 32.º. - Fica eleito o foro da Comarca de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.

ART. 33.º. - Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

BOTUMIRIM - MINAS GERAIS


Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
04/04/2020

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82	
Protocolado sob nº <u>9.050</u>	Livro <u>A-1</u>
Registro nº <u>239</u>	Livro nº <u>A-3</u> Fls. <u>152v.</u>
Averbação <u>A-1-7-434</u> Livro nº <u>A-3</u> Fls. <u>151.</u>	
Uma via arquivada neste cartório.	
Grão Mogol (MG) <u>14</u> de <u>junho</u> de <u>2020</u> .	
(a) <u>Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Oficial interno</u>	

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol	
SELO DE CONSULTA: DFX41999 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3754484374513285	
Quantidade de atos praticados: 1 Atos praticados por: Mariana Rodrigues Paulino - Escrevente	
ISSQN: R\$ 0,10	Recompe: R\$ 0,31
Emol: R\$ 5,48	TFJ: R\$ 1,70
TOTAL: R\$ 7,29	
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol	
SELO DE CONSULTA: DFX41999 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0507865888946906	
Quantidade de atos praticados: 11 Atos praticados por: -	
ISSQN: R\$ 3,67	Recompe: R\$ 11,09
Emol: R\$ 195,17	TFJ: R\$ 64,58
TOTAL: R\$ 264,42	
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

Ata de Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da
Nova Diretoria e Conselho Fiscal do Conselho Comunitá-
rio dos Moradores e Amigos de Betumirim - MG locali-
zado à Rua Joaquim Emanuel, 71 Centro da Cidade de
Betumirim - MG CNPJ: 00800411/0001-61

Por 13 (treze) dias do mês de janeiro de 2019 (dois mil
e dezesseis) reunidos em primeira convocação, no local
denominado Centro Social à Rua Joaquim Emanuel, 71
Centro de Betumirim - MG os associados pelo(a) Bo-
tista de Andrade, brasileiro, casado, pedreiro, residente
à Rua João Geraldo, 01 CPF 586.308.996-20 dgo CPF 492.622
386-49, RG M5361045, Maria Elzeth de Andrade, brasileira,
casada, auxiliar de enfermagem residente à Rua João Ge-
raldo 01, CPF 586.308.996-20, RG MG5940355, Juliana das
Graças Andrade e Silva, brasileira, casada, professora, re-
sidente à Rua João Geraldo 01, CPF 044.534.406-11, RG 12.221.757,
José Elton Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, pedreiro
residente à Rua Gualter Angelo 16, CPF 503.502.506-34, RG M8
841777, Neuzi Justina Santos, brasileira, casada, trabalha-
dora rural residente à Rua Lia Mates 46, CPF 044.632.196-63,
RG MG16.565.884, Maria Marlene Neres, brasileira, viúva, tra-
balhadora rural residente à Rua Grão Mogol 16, CPF 727
232.466-04, RG M8787242, Elcio José Ferreira, brasileiro, ca-
sado, trabalhador rural, residente à Rua Tito Maria 22,
CPF 936.714.238-20, RG MG17.666.667, Edmizete Ferreira Santos,
brasileira, solteira, auxiliar de enfermagem, residente à
Rua Elpidio Mateus, 54 CPF 241.407.406-04, RG M3381999, Maria
Clonice do Nascimento, brasileira, solteira, ajudante de
serviços gerais, CPF 051.642.676-16, RG MG11.932.837, residente
à Rua Lia Mates 34, Eva Ferreira das Santos Reis, brasilei-
ra, casada, auxiliar de serviços de educação básica, CPF
061.051.616-70, RG MG16.071.479 residente à Rua Joaquim E-
manuel 48; para deliberarem sobre os pontos previstos
no edital de convocação, quais sejam a) Eleição e Posse

se da nova diretoria e Conselho Fiscal. Presumiu a presença dos trabalhos o Sr. José Idéu Rodrigues da Silva, presidente da associação Para recrutar os trabalhos designou a Srta. Adriana das Graças Andrade e Silva dando por instalada a assembleia. Foi apresentada a chapa única unânime para nova diretoria e conselho fiscal composta pelos seguintes membros: Diretoria Presidente: Adriana das Graças Andrade e Silva, brasileira, casada, professora residente à rua João Geraldo, 01, CPF 044534406-77, RG MG 12221757; Vice-Presidente: Relatário Batista de Andrade, brasileiro, casado, pedreiro, residente à rua João Geraldo, 01, CPF 422.622.386-49, RG MG 364045; Tesoureiro: Maria Elzeth de Andrade, brasileira, casada, auxiliar de enfermagem, residente à rua João Geraldo, 01, CPF 586.308.936-20, RG MG 5340355; Vice-Tesoureiro: Neuge Justina Pontes, brasileira, casada, trabalhadora rural, residente à rua Lúcia Matos 46, CPF 044.632.196-63, RG MG 16565884; Secretário: José Idéu Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, pedreiro, residente à rua Quilates Angelo 16, CPF 503.502.506-34, RG MG 8841777; Vice-Secretário: Monizete Ferreira Pontes, brasileiro, solteiro, auxiliar de enfermagem, residente à rua Elpidio Mateus 54, CPF 241.407.406-04, RG MG 3381999. Conselho Fiscal Membros Efetivos: Helcio José Ferreira, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente à rua Tito Maria 22, CPF 936.714.238-20, RG MG 17666667; Maria Marlene Nunes, brasileira, viúva, trabalhadora rural, residente à rua Grão Mogol 16, CPF 727.232.466-04, RG MG 787242. Membros Suplentes: Maria Elomice do Nascimento, brasileira, solteira, ajudante de serviços gerais, residente à rua Lúcia Matos 34, CPF 051.642.676-16, RG MG 11932837; Eva Ferreira dos Santos Reis, brasileira, casada, auxiliar de serviços de Educação Básica, CPF 061.051.616-70, (M) RG MG 16.071.479, residente à rua Joaquim Emanuel, 48; Após a apresentação da chapa única foi realizada a eleição por aclamação, na qual todos votaram a favor. A eleito-

Auditoria e Conselho Fiscal terão mandato de 13 (treze) de
 janeiro de 2019 a 13 (treze) de janeiro de 2021 após a elei-
 ção a chapa eleita foi imediatamente empossada. Nach
 mais tendo a deliberar, o presidente determinou a
 suspensão da sessão pelo tempo necessário à trans-
 creção da ata. Realizada a sessão, foi lida por mim
 Adv. Maria das Graças Andrade e Silva a presente ata que li-
 da e achada em conformidade seria assinada por
 mim e demais presentes. Adv. Maria das Graças Andrade e Silva
 José Vilu Rodrigues da Silva
 Maria Elizete de Andrade
 Sebastião Batista de Andrade
 Maria Marlene Neves
 José Elcio José Ferreira
 Donizete F. Santos
 Luiz Fernando dos Santos Reis
 Nerya Justina Santos
 Maria Elvira Almeida

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82

Protocolado sob nº 6448 Livro A-1
 Registro nº 630 Livro nº A-5 282
 Averbação Livro nº 1 1

Uma via arquivada neste cartório.
 Grão Mogol (MG) 01 de Fevereiro 2019

(a) Luciano Dutra Soares
 Geraldo Sérgio Ferreira Paulino - Oficial Interino
 Luciano Dutra Soares - Escrivente

Emolpo: R\$ 168,65
 Recomp. e ISSQN: R\$ 162,38
 R\$ 59,64
 Grão Mogol, 01 de 02 2019
Soares

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
 Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
 Grão Mogol
 SELO ELETRÔNICO Nº: CID52068
 COD. SEG.: 530742251084830 Qtd. Atas: 1
 ISSN: R\$ 0,10 Recomp.: R\$ 0,30
 Emol: R\$ 5,30 TFJ: R\$ 1,65 TOTAL: R\$ 7,05
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGIS-
TRAMENTO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Grão Mogol - Minas Gerais
 CNPJ: 01.204.898/0001-82
 Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
 Escrivente Juramentado: Luciano Dutra Soares

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
 Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
 Grão Mogol
 SELO ELETRÔNICO Nº: CID52069
 COD. SEG.: 1134708461565895 Qtd. Atas: 7
 ISSN: R\$ 3,28 Recomp.: R\$ 9,82
 Emol: R\$ 173,47 TFJ: R\$ 57,99 TOTAL: R\$ 234,74
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGIS-
TRAMENTO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Grão Mogol - Minas Gerais
 CNPJ: 01.204.898/0001-82
 Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferreira Paulino
 Escrivente Juramentado: Luciano Dutra Soares

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 11 12203

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular

ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE e filha

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 19/02/98

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-12.221.757 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/08/2015

NOME ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA

FILIAÇÃO SEBASTIAO BATISTA DE ANDRADE MARIA ELIZETH ANDRADE

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 3/6/1980

DOIS ORIGEM CAS. LV-6 FL-255 BOTUMIRIM-MG

CPF 044534406-77

PII-1220 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉO ASSINATURA DO DIRETOR 2.VIA

LEI N 7.116 DE 29/08/83

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE

Nº de Inscrição
044534406-77

Data do Nascimento
03/06/80



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 11 12203

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUÍTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

JOSE ELDEU RODRIGUES SILVA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-8.841.777 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/09/2015

NOME JOSE ILDEU RODRIGUES DA SILVA

FILIAÇÃO CLOVES RODRIGUES DE SOUZA
ODETE HERMINDA DA SILVA

NATURALIDADE ITACAMBIRA-MG DATA DE NASCIMENTO 28/1/1961

DOC. ORIGEM CAS. LV-1B FL-125

COTR BOTUMIRIM-MG

CPF 503502506-34

PII-1220 LETÍCIA ALESSI MACHADO RÔGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N 7.116 DE 29/08/83 2 VIA

C/C

NASCIMENTO 28.01.61 INSCRIÇÃO NO CPF 503 502 506 34

CONTRIBUINTE JOSE ILDEU RODRIGUES DA SILVA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

1103110720012780004460



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-5.940.355 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/06/2015

NOME MARIA ELIZETH DE ANDRADE

FILIAÇÃO SEBASTIAO RODRIGUES DAS NEVES
CARLINDA FERREIRA DO AMARAL

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 12/3/1959

DOC. ORGEM CAS. LV-5B FL-20

BOTUMIRIM-MG

CPF 586308996-20

LEI N 7.116 DE 29/08/83

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

PII-1220 2.VIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MARIA ELIZETH DE ANDRADE

Nº de Inscrição 586308996-20 Data do Nascimento 12/03/59

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 02/04/99

Assinatura Maria Elizeth de Andrade

MARIA ELIZETH DE ANDRADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII 1220-3

Assinatura Maria Elizeth de Andrade

Assinatura do Titular

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-16.565.884 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/09/2006

NOME NEUZA JUSTINA SANTOS

FILIAÇÃO AUGUSTO BARROSO DOS SANTOS
SANTA JUSTINA FRANCO

NATURALIDADE BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO 30/8/1954

DOC ORIGEM NASC. LV-5A FL-225V

BOTUMIRIM-MG

OW 044632196-63

DI-1306

NILMA D. REIS SANTOS
ASSINATURA DO DIRETOR

1 VIA

LEI N° 7.116 DE 29/06/83

CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PM-1306-1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS 201220-3

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLGAR DIREITO



Helcio Jose Ferreira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO MG-17.666.667 DATA DE EMISSÃO 02/05/2019

APRESENTA

HELCIO JOSE FERREIRA

QUANTO

JOSE FERREIRA DE CARVALHO

GERALDA DA CRUZ FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO 21/2/1951

RESIDÊNCIA

BOTUMIRIM-MG

CAS. LV-5B FL-211

BOTUMIRIM-MG

936.714.238-20

PII-1220

JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ

ASSINATURA DO DIRETOR

2 VIA

LEI Nº 7116 DE 29/08/83

CIC

NASCIMENTO 21.02.51

INSCRIÇÃO NO CPF 936 714 238 20

CONTRIBUINTE

HELCIO JOSE FERREIRA

Helcio Jose Ferreira

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
Gerais MG-8.787.242 DATA DE
EXPEDIÇÃO 30/06/2015

NOME
MARIA MARLENE NEVES

PERFIL
SEBASTIAO RODRIGUES DAS NEVES
CARLINDA FERREIRA DO AMARAL

NATURALIDADE
BOTUMIRIM-MG DATA DE NASCIMENTO
25/4/1957

DOC. ORIGEM CAS. LV-4B FL-201

CIF 727232466-04

PII-1220 LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

2. VIA

LEI N 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura do Titular
Maria Marlene Neves




POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PII 12203



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM-MG

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim- MG-cep- 39596-000

RELATÓRIO DE PROGRAMAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E COMISSÃO

O serviço de Rádio Difusão Comunitária que é veiculado sob a responsabilidade do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos em conformidade com a lei 9.612/98 e em obediência ao Art. 4º lei apresenta uma programação voltada à comunidade que atende na sede do Município de Botumirim - MG com a seguinte grade referente à **Janeiro de 2019**, conforme solicitado no **ofício nº 6457/2019/SEI-MCTIC** - **Processo nº 539000.060830/2015-01 nº sei 3887277**:

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

05:00 as 07:00 Programa Sertanejo raiz intitulado Alegria Sertão que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

07:00 as 11:00 Programa de músicas diversificada intitulado Conexão 87,9 que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

11:00 as 12:00 Horários destinado as instituições religiosas e sob responsabilidade das mesmas distribuído da seguinte maneira:

- I. **SEGUNDA-FEIRA** – Igreja Assembléia de Deus do Ministério de Limeira;
- II. **TERÇA- FEIRA** – Igreja Assembléia de Deus do Ministério de Limeira;
- III. **QUARTA – FEIRA** - Igreja Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;
- IV. **QUINTA-FEIRA** - Igreja Católica Apostólica Romana;
- V. **SEXTA – FEIRA** - Igreja Católica Apostólica Romana;

12:00 as 13:00 Programa gospel intitulado Tarde legal que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

13:00 as 17:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Estilo musical que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

17:00 as 19:00 Programa Sertanejo raiz intitulado Descansa Sertão que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

19:00 as 20:00 VOZ DO BRASIL em conformidade com a Lei 4.117/1962;

20:00 as 22:00 Programa de músicas românticas antigas intitulado Matando Saudade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

OBSERVAÇÃO: Quinzenalmente é transmitida nas SEGUNDAS-FEIRAS das 14:00 as 18:00 ao vivo, a reunião da Câmara Municipal de vereadores da cidade de Botumirim – MG, conforme calendário de Reuniões Ordinárias da instituição, repassada antecipadamente no início de cada ano a esta emissora;

FINAIS DE SEMANA

SÁBADO

05:00 AS 07:00 Horário reservado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, veicula músicas sertanejas na ausência do uso do mesmo pela entidade;

08:00 as 12:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Interatividade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

12:00 as 13:00 Igreja Assembléia de Deus do Ministério do Rio Comprido;

13:00 as 17:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Livre Musical que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

17:00 as 21:00 Programa de músicas ao vivo com apresentação dos artistas da terra que se dispõem a vir ao Studio, atendendo ao pedido do ouvinte com recados e

oferecimentos das músicas cantadas ao vivo, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais e apoio cultural;

21:00 as 00:00 Programação livre de músicas mais calmas, veiculando campanhas sócias e utilidade pública;

DOMINGO

00:00 as 05:00 Programação livre de músicas mais calmas, veiculando campanhas sócias e utilidade pública;

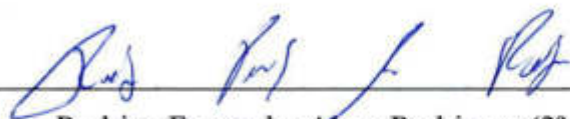
05:00 AS 07:00 Programa Sertanejo Livre que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

08:00 as 12:00 Programa de músicas diversificadas intitulado Interatividade que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

12:00 as 00:00 Programa de músicas diversificadas que além das músicas veiculadas, atende ao pedido do ouvinte com recados e oferecimentos, veiculando informativos de utilidade pública local, campanhas sociais, entrevistas e apoio cultural;

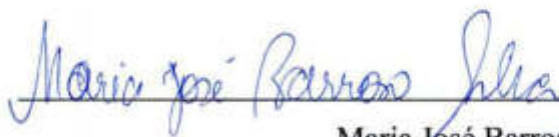
Sem mais, e em conformidade com a lei 9612\98, informamos que em Janeiro de 2020, segue a mesma programação, agradecemos.

Botumirim, 12 de Janeiro de 2019



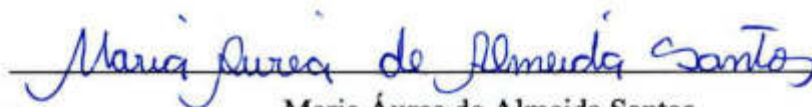
Rodrigo Fernandes Alves Rodrigues (2º Sargento da PM)

Representante do Destacamento da Polícia Militar de Botumirim – MG



Maria José Barroso Silva

Igrejas Evangélicas de Botumirim – MG



Maria Áurea de Almeida Santos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Botumirim - MG



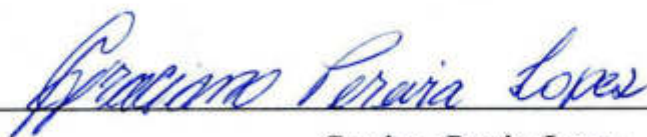
Lília Maria dos Santos

Igreja Católica Apostólica de Botumirim – MG



Nilson Antônio Ferreira

Sindicato dos Servidores Municipais de Botumirim - MG



Graciano Pereira Lopes

Associações do Município de Botumirim - MG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.800.411/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/09/1995
NOME EMPRESARIAL CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Não dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Não dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente (Não dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R TITO MARIA	NÚMERO 30	COMPLEMENTO *****
CEP 39.596-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BOTUMIRIM
		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/12/2019 às 16:35:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	00.800.411/0001-61
NOME EMPRESARIAL:	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/12/2019 às 16:39 (data e hora de Brasília).

[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS
MORADORES E AMIGOS DE
BOTUMIRIM – MG**

CNPJ: 00.800.411/0001-61

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:33:29 do dia 12/01/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/02/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.800.411/0001-61

Razão Social: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM

Endereço: RUA TITO MARIA 30 / CENTRO / BOTUMIRIM / MG / 39596-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/01/2020 a 09/02/2020

Certificação Número: 2020011102391593242320

Informação obtida em 17/01/2020 04:52:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
CNPJ: 00.800.411/0001-61

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:59:42 do dia 16/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/06/2020.

Código de controle da certidão: **763A.FC1D.2EEC.20C0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 00.800.411/0001-61

Certidão nº: 192165942/2019

Expedição: 16/12/2019, às 11:06:27

Validade: 12/06/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.800.411/0001-61**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ETIQUETA

Correios		REGISTRADO URGENTE	PESO (kg)
registered priority			weight
Recebido			18,90
Assinatura		Doc.	X AR MP
JU 32159512 7 BR			

AR

DESTINATÁRIO / Recipient		TELEFONE / Phone number	
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES			
ENDEREÇO / Address			
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ANEXO B, SALA 300 OESTE			
CEP / Zip	CIDADE / City	UF / State	PAÍS / Country
7 0 0 4 4 9 0 0	BRASILIA	DF	BRASIL



ETIQUETA OU CARRÃO MP

REMETENTE / Sender		TELEFONE / Phone number	
CONSELHO COM DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM			
ENDEREÇO / Address			
RUA DECA GUIMARÃES, 04 CENTRO			
CEP / Zip		CIDADE / City	UF / State PAÍS / Country
39596000		BOTUMIRIM	MG BRASIL



"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
"To recycle materials is to preserve the environment"



DEVOLUÇÃO / Return (CN15)	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (refused)	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (insufficient address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (non existing number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (unsearched)	<input type="checkbox"/> Outros (other)
<input type="checkbox"/> Ausente (absent)	
Tentativas de entrega (Delivery attempts)	
1ª / 1st 2ª / 2nd 3ª / 3rd	
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (information provided by the doorman or the condo manager)	
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em / reintegrated to postal service in	
Data / Date	Assinatura / Signature

Nº 39572



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA** nem contra o **CPF: 044.534.406-77**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 09:56 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 09h56min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Nº 39582

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA** nem contra o **CPF: 044.534.406-77**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 09:58 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 09h58min.

Nº 39605



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **SEBASTIAO BATISTA DE ANDRADE** nem contra o **CPF: 492.622.386-49**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:06 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h06min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br

Nº 39619



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **JOSE ILDEU RODRIGUES DA SILVA** nem contra o **CPF: 503.502.506-34**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:09 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h09min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Nº 39625

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **JOSE ILDEU RODRIGUES DA SILVA** nem contra o **CPF: 503.502.506-34**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:11 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h11min.



Nº 39614

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **SEBASTIAO BATISTA DE ANDRADE** nem contra o **CPF: 492.622.386-49**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:08 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h08min.

Nº 39631



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **DONIZETE FERREIRA SANTOS** nem contra o **CPF: 241.407.406-04**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:12 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h12min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Nº 39635

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **DONIZETE FERREIRA SANTOS** nem contra o **CPF: 241.407.406-04**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:14 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h14min.

Nº 39641



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **MARIA ELIZETH DE ANDRADE** nem contra o **CPF: 586.308.996-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:15 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h15min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



Nº 39652

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **MARIA ELIZETH DE ANDRADE** nem contra o **CPF: 586.308.996-20**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:17 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h17min.



Nº 39662

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO PARA FINS ELEITORAIS

Em conformidade com a Lei Complementar n. 64, de 18/05/1990 e alterações feitas pela Lei Complementar n. 135, de 04/06/2010, certificamos que, para fins de registro de candidatura a cargos eletivos,

N A D A C O N S T A

NA **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** contra o nome **NEUSA JUSTINA SANTOS** nem contra o **CPF: 044.632.196-63**.

A confirmação da autenticidade desta certidão na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço da **portal.trf1.jus.br/sjmg/** (Menu "Serviços/Certidão online"), informando o número desta certidão.

Observações:

O parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta processos e procedimentos, inclusive nos Juizados Especiais Federais, no âmbito da Seção ou Subseção Judiciária identificada acima. Os municípios abrangidos pela competência territorial de cada Seção ou Subseção Judiciária poderão ser verificados na página do TRF 1º Região, link:

(<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>).

Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam ou tenham tramitado em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:21 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h21min.

Nº 39659



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESTADUAL**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

N A D A C O N S T A

contra **NEUSA JUSTINA SANTOS** nem contra o **CPF: 044.632.196-63**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**portal.trf1.jus.br/sjmg/**), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Nesta certidão estão sendo considerados os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 29/01/2020 às 10:20 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados entre 26/01/2020, 21h01min. e 29/01/2020, 10h20min.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG. Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina- Florianópolis

DESPACHO

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

Interessado: **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**

1. Tendo-se em vista a **Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018** e a análise realizada na documentação encaminhada pela **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Botumirim/MG**, constaram-se as seguintes pendências:

1.1. **CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL (Art. 130, § 1º, inciso II da Portaria):**

A entidade deverá encaminhar cópia do estatuto social, consolidado e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. , cujo texto esteja em plena conformidade com todas as disposições do art. 40 da Portaria, contendo a seguinte alteração:

- o art.8º do Estatuto Social deve " assegurar, expressamente o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução

do serviço, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes".

- acrescentar/modificar o § 2º do art.8º para: "determinar que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de ampla defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto".



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 30/01/2020, às 10:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5083994** e o código CRC **DC7E65FA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 5083994



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 3268/2020/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 30 de janeiro de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

Adriana das Graças Andrade e Silva

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM (

CNPJ nº 00.800.411/0001-61)

Rua Deca Guimarães, nº 04 - Bairro: Centro

39596000 / Botumirim - MG

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo-se em vista a **Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018** e a análise realizada na documentação encaminhada pela **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Botumirim/MG**, constaram-se as seguintes pendências:

1.1. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL (Art. 130, § 1º, inciso II da Portaria):

A entidade deverá encaminhar cópia do estatuto social, consolidado e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. , cujo texto esteja em plena conformidade com todas as disposições do art. 40 da Portaria, contendo a seguinte alteração:

- o art.8º do Estatuto Social deve " **assegurar, expressamente o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes**".

- acrescentar/modificar o § 2º do art.8º para: "**determinar que a exclusão do**

associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de ampla defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto".

2. Ademais, estabeleço o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

3. Saliento que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço, ainda, que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 31/01/2020, às 11:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5088951** e o código CRC **7CE51BF2**.



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

28/01/2020

DESTINATÁRIO

CONSELHO COMUNIT MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM
RUA DECA GUIMARAES, 4
CENTRO BOTUMIRIM MG
39596-000

UNIDADE DE POSTAGEM

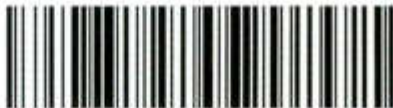
AGF VIA POSTAL

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASÍLIA - DF
70044-900



BO071338834BR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / :
2ª / / :
3ª / / :

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.011289/2016-89;
1 - OFÍCIO: 1441/2020;

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALECIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

84238409

D

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

→ José Edson Rodrigues da Silva

DATA DE ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

13/02/20
16.854/111

 Correios		AVISO DE RECEBIMENTO		AR	
DESTINATÁRIO ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA RUA DECA GUIMARAES, 4 CENTRO BOTUMIRIM MG 39596-000				DATA DE POSTAGEM 11/02/2020	
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO, BRASÍLIA - DF 70044-900				UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL	
				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 20.2.20 11.30 2ª / / 3ª / /				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - PR: 01250.011289/2016-89; 1 - OFÍCIO: 3268/2020;	
ASSINATURA DO RECEBEDOR NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				MOTIVO DE DEVOLUÇÃO (1) MUDOU-SE (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (3) NÃO EXISTE NÚMERO (4) DESCONHECIDO (5) RECUSADO (6) NÃO PROCURADO (7) AUSENTE (8) FALECIDO (9) OUTROS	
				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
				DATA DE ENTREGA	
				Nº DOC. DE IDENTIDADE	

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal
 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 Secretaria de Radiodifusão
 Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CIRC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo C
 70.044-900 Brasília - DF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

IMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Mudança ☐ Faltante
☐ Desconhecido ☐ Ausente
☐ Recusado ☒ Não Procurado
☐ Endereço Insuficiente
☐ Não existe o n.º indicado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM: 1/1
EM: 1/1

94283400



AO REMETENTE

AO REMETENTE



PRE-POSTAGEM



NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO - 12556

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO071346084BR



AR

Recebido:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

ADRIANA DAS GRACAS ANDRADE E SILVA
RUA DECA GUIMARAES, 4
CENTRO
39596-000 BOTUMIRIM/MG



Obs: PROCESSO: 01250.011289/2016-89
SERAD/SERCO

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R -

70044-900 BRASÍLIA/DF

AO REMETENTE



Correios
RS
14.02.20
Ativ. Via P

IMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

☐ Mudança ☐ Faltante
☐ Desconhecido ☐ Ausente
☐ Recusado ☐ Não Procurado
☐ Endereço Insuficiente
☐ Não existe o n.º indicado

19.20/02
Ent. Internus



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 120/2020/MC

Brasília, 25 de junho de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

Adriana das Graças Andrade e Silva

CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM (

CNPJ nº 00.800.411/0001-61)

Rua Tito Maria, nº 30 - Centro

39.596-000 / Botumirim - MG

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 3268/2020/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: não indentificado.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

4. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,

Anexos:

Ofício : 3268 - evento sei - 5088951



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 26/06/2020, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5622183** e o código CRC **60021185**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 120/2020/MC - Processo nº 01250.011289/2016-89 - Nº SEI: 5622183

BO303180809BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
15/07/2020 16:15 BOTUMIRIM / MG

15/07/2020 16:15 BOTUMIRIM / MG	Objeto entregue ao destinatário
15/07/2020 14:16 BOTUMIRIM / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
08/07/2020 17:38 BRASILIA / DF	Objeto postado após o horário limite da unidade Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Martins, 30 centro Botumirim - MG-cep- 387395-000

OFÍCIO 0002/2020/CCMAB

Botumirim, 12 de Agosto de 2020

AO SENHOR: NATALIA FROEMMING
Coordenador-Geral de Rádio Difusão Comunitária, Substituta
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

Processo: nº 01250. 011289/2016-89

Assunto: Encaminhamento de documentação solicitada

Conforme solicitado pelo OFÍCIO: N°3268/2020/
SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, estamos enviando a
COPIA DO ESTATUTO SOCIAL DESTA INSTITUIÇÃO com as alterações
solicitadas e em conformidade com o Art. 130, § 1º, inciso II da portaria nº 4334,
publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela portaria 1909, publicada no DOU
de 09/04/2018.

Reitero que os documentos também foram enviados via CADSEI.

Sem mais, e contando com a Vossa plena compreensão, registro aqui meus
sinceros agradecimentos.

Adriana das Graças Andrade e Silva RG - MG 12221757
Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim - MG



**ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS
DE BOTUMIRIM - MG**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1.º O CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM fundada em 21 de maio de 1995, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com prazo de duração indeterminado, com sede no município de BOTUMIRIM à rua Joaquim Emanuel 71, Centro, SOB CEP 39596-000 estado de MINAS GERAIS e foro na cidade de GRÃO MOGOL - MG

ART. 2.º A Associação Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, tem por finalidade a assistência social, através de programas sociais.

ART. 3.º No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

ART. 4.º São finalidades da Associação:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio econômicas da comunidade;
- II. Reunir recursos disponíveis materiais humanos e assistenciais, através da união de esforços, pondo-o a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento;
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação;
- IV. Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com a Lei 9.612/98
- V. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a comunidade;
- VI. Servir de ligação entre população da comunidade e a urbana aumentando o seu intercâmbio;

ART. 5.º Para atingir seus objetivos a associação se dedicará as seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas sociais;
- II. Colaborar com órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade;
- III. Participar da análise e interpretação de dados básicos da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade;

- IV. Colaborar na execução dos programas rurais;
- V. Colaborar na elaboração, execução de programas de saúde e higiene;
- VI. Reivindicar, perante as entidades públicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobretudo quanto à saúde, educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário;
- VII. Promover eventos sociais e recreativos;
- VIII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

ART. 6.º A área de atuação da Associação será a área da comunidade.

ART. 7.º A Associação não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIRETORES E DEVERES

ART. 8.º A Associação será constituída por número ilimitado de associados, proibida, para a sua admissão, qualquer distinção em razão de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso, sendo pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestam interesse em contribuir para execução dos objetivos da instituição.

§ 1º Para admissão fica expressamente assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão, pessoa física ou jurídica, domiciliado na área de execução do serviço.

- I. Fica assegurado ao associado, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Fica assegurado ao associado, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- III. Fica garantido aos associados, às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos;

§ 2º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de ampla defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto.

§ 3º O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 30 dias contados da data de recebimento da notificação por inscrito pela entidade.

§ 4º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Primeira Assembleia Geral;

§ 5º A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado, não recorrer da penalidade, no prazo previsto no 3º artigo.

ART. 9.º Haverá as seguintes categorias de associados:

1. **FUNDADORES:** São aqueles que participam da Assembleia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
2. **BENEMÉRITOS:** São aqueles que prestaram a entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembleia Geral ou pela Diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
3. **HONORÁRIOS:** São aqueles que prestaram serviço de notoriedade e assim se fizeram credores dessa homenagem apontados por proposta da diretoria à Assembleia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
4. **CONTRIBUINTES:** São aqueles que contribuem com uma importância mensal no valor e na modalidade estabelecida pela diretoria.

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

ART. 10.º São direitos dos associados:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das Assembleias Gerais;

§ 1º São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria

§ 2º Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 11.º. A Associação será administrada por:

- I – Assembleia Geral;

II - Diretoria executiva;

III - Conselho Fiscal.

ART. 12.º. O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) membros eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de Vacância o mandato será assumido por um associado indicado pela Assembleia Geral, até seu término;

ART. 13.º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balanço semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

PARAGRAFO ÚNICO: O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

ART. 14.º. A Diretoria, que será eleita por Assembleia Geral Ordinária para um período de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos, para período subsequente, compor-se-á de:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice-Secretário;
- V. Tesoureiro.
- VI. Vice-tesoureiro;

ART. 15.º. Compete a Diretoria:

- I. Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II. Exercer a administração de acordo com o estatuto, tomando as medidas necessárias para atender as finalidades;
- III. Autorizar despesas;
- IV. Resolver casos omissos;
- V. Propor alterações estatutárias;
- VI. Convocar Assembleia Geral;
- VII. Contratar e demitir funcionários;

107

ART. 16.º. A Diretoria Executiva reunir-se-á de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando for necessário.

ART. 17.º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a associação judicialmente e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as assembleias Gerais;
- III. Solucionar os casos de urgência, submetendo-os à seguir a aprovação da Diretoria;
- IV. Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de dinheiro;
- V. Nomear comissão especial;
- VI. Assinar correspondência da Associação;

ART. 18.º. Compete ao vice- presidente:

Substituir o presidente em sua falta ou impedimento;

ART. 19.º. Compete ao Secretário:

- I. Organizar e ter sobre sua guarda os arquivos da associação;
- II. Redigir ou fazer redigir toda correspondência;
- III. Ter sobre sua guarda o livro de ata;
- IV. Lavrar ou fazer lavrar as atas;
- V. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Secretário;

ART. 20.º. Compete ao tesoureiro:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade o Patrimônio da Associação;
- II. Atrecaas mensalidades, contribuintes e demais rendas;
- III. Assinar com o respectivo presidente os cheques e demais papéis relativos à Associação;
- IV. Ter sobre sua guarda o livro de caixa;
- V. Efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-tesoureiro;

ART. 21.º. Compete exclusivamente a Assembleia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto;
- V. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- VI. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens;
- VIII. Decidir sobre extinção da entidade;
- IX. Aprovar o Regime Interno;
- X. Instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 /98
- XI. Convocar reunião, desde que seja solicitada por 1/5 dos associados;

PARAGRAFO ÚNICO: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes”

ART. 22.º. A Assembleia geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

ART. 23.º A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação.

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutínio entre os dois mais votados.

ART. 24.* - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes a eleição.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

ART. 25.* A receita da Associação necessária a sua manutenção será constituída por:

- I. Contribuição mensal dos Associados para manutenção da mesma;
- II. Doações de qualquer natureza recebidas;
- III. Produto líquido de promoções de beneficência;
- IV. Rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha possuir;
- V. Auxílio e subvenções que venha a receber do Poder Público;
- VI. Auxílio ou recursos de convênio que venha a receber de entidades privadas.

§ 1º O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública;

§ 2º Essas rendas e recursos de eventuais resultados operacional serão aplicadas integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais, no território nacional.

§ 3º A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto.

ART. 26.* As atividades dos diretores e conselheiros, bem como a dos associados, benfeitores ou equivalentes serão necessariamente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

CAPÍTULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 27.º. O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

ART. 28.º. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

ART. 29.º. No caso de dissolução da entidade os bens remanescentes de seu patrimônio serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes;

ART. 30.º. A Associação não poderá ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar ilícita, impossível ou inútil a continuação das atividades a que se destina esta associação.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 31.º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

ART. 32.º. - Fica eleito o foro da Comarca de Habito, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.

ART. 33.º. - Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

BOUMIRIM - MINAS GERAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ/MF: 01.204.898/0001-82

Proprietário sob nº 7.313 Livro B-3
Registro nº 254 Livro nº B-3 Fls. 155
Averbação B-3-255 Livro nº B-3 Fls. 156
Uma via arquivada neste cartório
Orto Miguel (MG) 10 de Junho de 2020
[Assinatura]
Cartório Miguel F. [Assinatura] [Assinatura]

CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Orto Miguel - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82
Oficial Interino: Sandro Sérgio Ferreira Paulino

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / COMARCAÇÃO GERAL DE JUSTIÇA			PODER JUDICIÁRIO - TJMG / COMARCAÇÃO GERAL DE JUSTIÇA		
Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Cartório Público de Registro Civil - Belo Horizonte			Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Cartório Público de Registro Civil - Belo Horizonte		
Módulo de Registro de Títulos e Documentos			Módulo de Registro de Títulos e Documentos		
Código de Registro de Títulos e Documentos			Código de Registro de Títulos e Documentos		
Quantidade de documentos: 1			Quantidade de documentos: 1		
Valor unitário: R\$ 1.000,00			Valor unitário: R\$ 1.000,00		
Valor total: R\$ 1.000,00			Valor total: R\$ 1.000,00		
Valor total: R\$ 1.000,00			Valor total: R\$ 1.000,00		

CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ordem Moral - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82
Oficial Inteiro: Gerardo Sérgio Ferreira Furtado



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.011289/2016 Localidade / UF: BOTUMIRIM/MG
Entidade: CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIG DE BOTUMIRIM
Aviso: 11 Publicação: 25/06/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
José Ildeu Rodrigues da Silva	503.502.506-34	Secretário	13/01/2019 13/01/2021	
ADRIANA DAS GRAÇAS ANDRADE E SILVA	044.534.406-77	Presidente	13/01/2019 13/01/2021	(38) 99504141 (38) 99504141
MARIA ELIZETH DE ANDRADE	586.308.996-20	Tesoureiro	13/01/2019 13/01/2021	
Donizete Ferreira Santos	241.407.406-04	2º Secretário	13/01/2019 13/01/2021	
Neusa Justina Santos	044.632.196-63	2º Tesoureiro	13/01/2019 13/01/2021	
Sebastião Batista de Andrade	492.622.386-49	Vice-Presidente	13/01/2019 13/01/2021	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

CHECKLIST - DOCUMENTOS EXIGIDOS P/ RENOVAÇÃO:

-Requerimento solicitando renovação: fls.1 e 23 SEI 2170199-Proc.01250.053531/2017+72 e fls.2 a 4 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88 (Anexo 5) - tempestivo.
-Declaração parâmetros técnicos: fl.3,XI, SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
-Certidão Negativa Débitos Anatel:fl.32 50SEI 65338-Proc.01250.003139/2020-88.
-CNPJ válido e atual:fl.30 SEI 5065338 -Proc.01250.003139/2020-88.
-Cópia do Estatuto Social atualizado e registrado: fls.2 a 9 SEI 5787579- Proc.53115.004923/202061.
-Ata Eleição Diretoria atualizada e registrada:fls.13 a 15 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
-Relatório Conselho Comunitário: fls.26 a 29 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
-Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes (CPF e RG):fls.17 a 23 SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
-Certidão Negativa Débitos Trabalhista: fl.35 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
-Certidão Negativa Débitos Federal: fl.34 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
-Certificado de Regularidade FGTS: fl.33 SEI 5065338-Proc.01250.003139/2020-88.
- Entidade sem vínculos, incluído político-partidário, de acordo com pesquisa realizada no dia 29/1/2020 "on line" junto ao TSE.
-Certidão NADA CONSTA contra os dirigentes (TRF1-MG) Jurisdição do domicílio (Montes Claros).Natureza: Criminal e Eleitoral.

CONCLUSÃO: Entidade sem pendências técnicas e jurídicas.
Pelo deferimento da renovação, salvo melhor juízo.
Tadeu/URSC/Florianópolis
26/8/2020.

Tadeu Rosa

Data de Envio:

26/08/2020 18:38:39

De:

MC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

lilian.misquita@mctic.gov.br

Assunto:

PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO PAI.

Mensagem:

MEM_RENOVACAO.PAI_RCOM_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga..

Processo nº: 01250.011289/2016-89.

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor do CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de BOTUMIRIM/MG devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,
Tadeu/URSC/Floripa.

Localizar :

☐ Incluir compartilhados em Mensagens de e-mail

▼ Buscar

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Porta-arquivos

Preferências

Escrever

Ajuda Sair

Tadeu Rosa

164,25 MB de 355,85 MB

Pastas

Entrada (2)

Enviadas

Rascunhos (7)

Spam

Lixeira

COORDENACAO-GER ...

Templates (2)

Buscas

Marcadores

Atualizar

Escrever

Imprimir

Apagar

Mover para...

Mover

Ações

Spam

1 - 11 of 11

☐

Organizado por: Data

Ir

cgrc sei

Fwd: PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO ...

09:13

☐

cgrc sei

Fwd: PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO ...

09:13

☐

Coordenação-Geral ...

CAMPANHA DOAÇÃO DE SANGUE - Hemocentro ...

08:53

☐

Natalia Froemming

Re: proc. 01250.076691/2017-90 - ...

27 de ago

☐

Argelia Diniz ...

Fwd: proc. 01250.076691/2017-90 - ...

27 de ago

☐

Argelia Diniz ...

Despacho e minutas - revisão final

25 de ago

☐

desenvolvimento ...

Lista de Ramais da Coordenação de ...

11 de ago

☐

Natalia Froemming

Fwd: jurisdição TRF 1 atualizada

21/10/19

☐

Airton José Ruschel

todos os radcom do Brasil

17/09/19

☐

Argelia Diniz ...

Parecer Conj. 1227/2018 MCTIC/Órgão ...

11/12/18

☐

Instrução Normativa 02/2018. Jornada de ...

03/10/18

De : cgrc sei <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Sex, 28 de ago de 2020 09:13

Assunto : Fwd: PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO PAI.

Para : Tadeu Rosa <tadeu.rosa@mctic.gov.br>

Responder

Responder todas

Encaminhar

Imprimir

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 27 de agosto de 2020 17:34:16

Assunto: Re: PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO PAI.

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registro de PAIs ativos:

53900.060830/2015-01
PAI em trâmite
Aguardando Análise de Defesa
Irregularidade apurada: Art. 40, incisos VII, XII, XVII e XXIX do Decreto 2.615/98.
Data da Infração: 23/12/2015

Registro de PAIs concluídos:

não tem

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 26 de agosto de 2020 18:38:39

Assunto: PROC.01250.011289/2016-89- INFORMAÇÃO PAI.

MEM_RENOVACAO.PAI_RCOM_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga..

Processo nº: 01250.011289/2016-89.


Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor do CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de BOTUMIRIM/MG devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,
Tadeu/URSC/Floripa.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira
SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC
Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

**PÁTRIA AMADA BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Atualizar

Escrever

Imprimir

Apagar

Mover para...

Mover

Ações

Spam

1 - 11 of 11

<https://correio.mctic.gov.br/h/search?si=0&so=0&sc=15802&st=message&action=paneView&id=7497&xim=1>

Dossie CGFI (5830847) SEI 01250.011289/2016-89 / pg. 11

1/1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina- Florianópolis

DESPACHO

Processo nº: **01250.011289/2016-89**

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À CGRC,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 3253/2020/SEI-MC (Evento SEI 5833649), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pelo **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Botumirim/MG, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

Florianópolis, 31 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 02/09/2020, às 15:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5834006** e o código CRC **93F24732**.

Minutas e Anexos

MINUTA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000964/1999 e nº 01250.011289/2016-89, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de novembro de 2017, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.011289/2016-89, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de novembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica

da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3253/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de Renovação]

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI-MC nº 5834006

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina- Florianópolis

NOTA TÉCNICA Nº 3253/2020/SEI-MC

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida ao **Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim**, na localidade de **Botumirim**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 394, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31/07/2003, e Decreto Legislativo nº 333, publicado no DOU de 26/11/2007.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 26/11/2017. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 28/8/2017, às fls. 1 e 23, evento SEI 2170199-Proc.01250.053531/2017-72, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

REQUERENTE
Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim.
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Adriana das Graças Andrade e Silva. Vice-Presidente: Sebastião Batista de Andrade. Secretário: José Ildeu Rodrigues da Silva. 2º Secretário: Donizete Ferreira Santos.

Tesoureira: Maria Elizeth de Andrade.
2ª Tesoureira: Neuza Justina Santos.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	SIM. fsl.1 e 23 evento SEI 2170199 Proc.01250.053531/2017-72 e fls.2 a 4 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	SIM.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.2 a 9 evento SEI 5787579 Proc.53115.004923/2020-61.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.13 a 15 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls.17 a 23 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls.26 a 29 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl.3,XI, evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.

7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	fl.30 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	fl.32 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	fl.33 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	fl.34 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	fl.35 evento SEI 5065338 Proc.01250.003139/2020-88.
12	Relatório de apuração de infrações.	fl.1 evento SEI 5830847 CGFI.
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal (**TRF1-MG**) e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (**MONTES CLAROS**), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, de acordo com os eventos SEI 5083650, 5083663, 5083698, 5083735, 5083759, 5083781, 5083807, 5083837, 5083859, 5083878, 5083899 e 5083925. Natureza: Criminal e Eleitoral.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, evento SEI 5824725.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 02/09/2020, às 15:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 04/09/2020, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/09/2020, às 20:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5833649** e o código CRC **EFBFDD60**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI nº 5833649

DESPACHO

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Assunto: **Deferimento. Renovação de outorga.**

De acordo.

Encaminhe-se a Nota Técnica 3253/2020 (5833649) e Despacho CGRC_REG_SC (5834006), à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 16/10/2020, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5876899** e o código CRC **246554DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI-MCOM nº 5876899

01245.007281/2020-73



CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM

Rua Tito Maria, 30 centro Botumirim - MG-cep- 39596-000

OFÍCIO 0002/2020/CCMAB

Botumirim, 12 de Agosto de 2020

AO SENHOR: NATALIA FROEMMING

**Coordenador-Geral de Rádio Difusão Comunitária, Substituta
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Processo: nº 01250. 011289/2016-89

Assunto: Encaminhamento de documentação solicitada

Conforme solicitado pelo **OFÍCIO: Nº3268/2020/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC**, estamos enviando a COPIA DO ESTATUTO SOCIAL DESTA INSTITUIÇÃO com as alterações solicitadas e em conformidade com o Art. 130, § 1º, inciso II da portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/09/2015, alterada pela portaria 1909, publicada no DOU de 09/04/2018.

Reitero que os documentos também foram enviados via CADSEL.

Sem mais, e contando com a Vossa plena compreensão, registro aqui meus sinceros agradecimentos.

Adriana das Graças Andrade e Silva RG - MG 12221757

Presidente do Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim – MG

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 24/09/2020 às 16:00 horas

Assinatura:

**ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS
DE BOTUMIRIM - MG**

**CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art. 1.º O CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM fundada em 21 de maio de 1995, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com prazo de duração indeterminado, com sede no município de BOTUMIRIM à rua Joaquim Emanuel 71, Centro, SOB CEP 39596-000 estado de MINAS GERAIS e foro na cidade de GRÃO MOGOL - MG

ART. 2.º A Associação Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, tem por finalidade a assistência social, através de programas sociais.

ART. 3.º No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

ART. 4.º São finalidades da Associação:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar às condições sócio econômicas da comunidade;
- II. Reunir recursos disponíveis materiais humanos e assistenciais, através da união de esforços, pondo-o a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento;
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação;
- IV. Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com a Lei 9.612 /98
- V. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a comunidade;
- VI. Servir de ligação entre população da comunidade e a urbana aumentando o seu intercâmbio;

ART. 5.º Para atingir seus objetivos a associação se dedicará as seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas sociais;
- II. Colaborar com órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade;
- III. Participar da análise e interpretação de dado básico da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade;

- IV. Colaborar na execução dos programas rurais;
- V. Colaborar na elaboração, execução de programas de saúde e higiene;
- VI. Reivindicar, perante as entidades públicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobretudo quanto à saúde, educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário;
- VII. Promover eventos sociais e recreativos;
- VIII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

ART. 6.º A área de atuação da Associação será a área da comunidade.

ART. 7.º A Associação não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIRETORES E DEVERES

ART. 8.º A Associação será constituída por número ilimitado de associados, proibida, para a sua admissão, qualquer distinção em razão de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso, sendo pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestam interesse em contribuir para execução dos objetivos da instituição.

§ 1º Para admissão fica expressamente assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão, pessoa física ou jurídica, domiciliado na área de execução do serviço;

- I. Fica assegurado ao associado, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos;
- II. Fica assegurado ao associado, pessoas físicas e jurídicas, conferindo a este último, por intermédio de seus representantes legais, o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- III. Fica garantido aos associados, às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos;

§ 2º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de ampla defesa e de recurso, nos termos previstos neste estatuto;

§ 3º O associado poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 dias contados da data de recebimento da notificação por inscrito pela entidade.

§ 4º O recurso terá efeito suspensivo até a realização da Primeira Assembléia Geral;

§ 5º A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado, não recorrer da penalidade, no prazo previsto no 3º artigo.

ART. 9.º Haverá as seguintes categorias de associados:

1. **FUNDADORES:** São aqueles que participam da Assembléia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata;
2. **BENEMÉRITOS:** São aqueles que prestaram a entidade relevantes serviços, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembléia Geral ou pela Diretoria, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
3. **HONORÁRIOS:** São aqueles que prestaram serviço de notoriedade e assim se fizeram credores dessa homenagem apontados por proposta da diretoria à Assembléia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votados;
4. **CONTRIBUINTES:** São aqueles que contribuem com uma importância mensal no valor e na modalidade estabelecida pela diretoria.

PARAGRAFO ÚNICO: Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

ART. 10.º São direitos dos associados:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II. Tomar parte das Assembléias Gerais;

§ 1º São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar as determinações da Diretoria

§ 2º Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 11.º. A Associação será administrada por:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria executiva;

III – Conselho Fiscal.

ART 12.º. O Conselho Fiscal será constituído por 02 (dois) membros eleitos pela assembléia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de Vacância o mandato será assumido por um associado indicado pela Assembléia Geral, até seu término;

ART. 13.º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

PARAGRAFO ÚNICO: O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

ART. 14.º. A Diretoria, que será eleita por Assembléia Geral Ordinária para um período de 04 (quatro) anos, podendo seus membros ser reeleitos, para período subsequente, compor-se-a de:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário;
- IV. Vice-Secretário;
- V. Tesoureiro.
- VI. Vice- tesoureiro;

ART. 15.º. Compete a Diretoria:

- I. Elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II. Exercer a administração de acordo com o estatuto, tomando as medidas necessárias para atender as finalidades;
- III. Autorizar despesas;
- IV. Resolver casos omissos;
- V. Propor alterações estatutárias;
- VI. Convocar Assembléia Geral;
- VII. Contratar e demitir funcionários;

ART. 16.º. A Diretoria Executiva reunir-se-á de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando for necessário.

ART. 17.º. Compete ao Presidente:

- I. Representar a associação judicialmente e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões da Diretoria e as assembléias Gerais;
- III. Solucionar os casos de urgência, submetendo-os a seguir a aprovação da Diretoria;
- IV. Assinar com o tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de dinheiro;
- V. Nomear comissão especial;
- VI. Assinar correspondência da Associação;

ART. 18.º. Compete ao vice- presidente:

Substituir o presidente em sua falta ou impedimento;

ART. 19.º. Compete ao Secretário:

- I. Organizar e ter sobre sua guarda os arquivos da associação;
- II. Redigir ou fazer redigir toda correspondência;
- III. Ter sobre sua guarda o livro de ata;
- IV. Lavrará ou fazer lavrar as atas;
- V. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Secretário;

ART. 20.º. Compete ao tesoureiro:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade o Patrimônio da Associação;
- II. Arrecadas mensalidades, contribuintes e demais rendas;
- III. Assinar com o respectivo presidente os cheques e demais papéis relativos à Associação;
- IV. Ter sobre sua guarda o livro de caixa;
- V. Efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria;

PARAGRAFO ÚNICO: Em falta ou impedimento será substituído pelo Vice-tesoureiro;

ART. 21.º. Compete exclusivamente a Assembléia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto;
- V. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- VI. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens;
- VIII. Decidir sobre extinção da entidade;
- IX. Aprovar o Regime Interno;
- X. Instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612 /98
- XI. Convocar reunião, desde que seja solicitada por 1/5 dos associados;

PARAGRAFO ÚNICO: Para as deliberações a que se referem os incisos II e IV é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes”

ART. 22.º. A Assembléia geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;

CAPITULO IV DAS ELEIÇÕES

ART. 23.º A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação.

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutínio entre os dois mais votados.

ART. 24.º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

CAPITULO V DO PATRIMÔNIO

ART. 25.º A receita da Associação necessária a sua manutenção será constituída por:

- I. Contribuição mensal dos Associados para manutenção da mesma;
- II. Doações de qualquer natureza recebidas;
- III. Produto líquido de promoções de beneficência;
- IV. Rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha possuir;
- V. Auxílio e subvenções que venha a receber do Poder Público;
- VI. Auxílio ou recursos de convênio que venha a receber de entidades privadas

§ 1º O patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública;

§ 2º Essas rendas e recursos de eventuais resultados operacional serão aplicadas integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetos institucionais, no território nacional.

§ 3º A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto;

ART. 26.º As atividades dos diretores e conselheiros, bem como a dos associados, benfeitores ou equivalentes serão necessariamente gratuitas, sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

CAPITULO VI

DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 27.º. O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

ART. 28.º. O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

ART. 29.º. No caso de dissolução da entidade os bens remanescentes de seu patrimônio serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes;

ART. 30.º. A Associação só poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar ilícita, impossível ou inútil a continuação das atividades a que se destina esta associação.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 31.º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal e Assembléia Geral.

ART. 32.º. - Fica eleito o foro da Comarca de Itabirito, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto Social.

ART. 33.º. - Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

BOTUMIRIM - MINAS GERAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ/MF. 01.204.898/0001-82

Protocolado sob nº 7.217 Livro A-1
Registro nº 234 Livro nº A-3 Fls. 158vº
Averbação AV-8-234 Livro nº A-3 Fls. 160
Uma via arquivada neste cartório.
Grão Mogol (MG) 10 de agosto de 2020
(a) Geraldo Sérgio Ferrelra Paulino Oficial Interino
Mariana Rodrigues Paulino Escrevente Autorizada

CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.
Grão Mogol - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82
Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferrelra Paulino

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol

SELO DE CONSULTA: DQR98573

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6268729274906902

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Mariana Rodrigues Paulino - Escrevente



ISSQN: R\$ 0,10

Recompe: R\$ 0,31

Emol: R\$ 5,48

TFJ: R\$ 1,70

TOTAL: R\$ 7,28

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Grão Mogol

SELO DE CONSULTA: DQR98574

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3378236190481173

Quantidade de atos praticados: 11

Ato(s) praticado(s) por: Mariana Rodrigues Paulino - Escrevente



ISSQN: R\$ 3,67

Recompe: R\$ 11,09

Emol: R\$ 196,17

TFJ: R\$ 84,58

TOTAL: R\$ 264,42

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

**CARTÓRIOS DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E REG.
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.**
Grão Mogol - Minas Gerais
CNPJ: 01.204.898/0001-82
Oficial Interino: Geraldo Sérgio Ferrelra Paulino

REMETENTE

Conselho Comunitário dos Moradores e Jovens
de Betim - MG

RUA TITO MARIA, 30 CENTRO
CEP 39596-000

DESTINATÁRIO:

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão / Coordenação Geral de Radiodifusão

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR

CEP 70044-900 / BRASÍLIA - DF

Correios	REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight
Recebedor		AR MP
Assinatura	Doc.	

JU 70105021 0 BR





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO PORTARIA Nº 1103/2020/SEI-MCOM de 16 de outubro de 2020

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000964/1999 e nº 01250.011289/2016-89, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de novembro de 2017, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5995785** e o código CRC **ACF53434**.

Brasília, 16 de outubro de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.011289/2016-89, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de novembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3253/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1103, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX. [Portaria de Renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5995788** e o código CRC **11918C90**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/11/2020 14:15:03
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: VITOR TORRES DA SILVA
Ofício: 6100035
Data prevista de publicação: 05/11/2020
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
13053097	01250.0035792018-11.rtf	d9d80219135e86e1 61a2fb435d3ba037	5,00	R\$ 165,20
13053098	53000.0078922014-40.rtf	2af9add25ae6615b 65d98d1ac3e113e5	5,00	R\$ 165,20
13053099	53900.0164312015-03.rtf	5aee73230a34bc37 9e51d16aa61e17ad	5,00	R\$ 165,20
13053100	53900.0173512015-67.rtf	2567b86088bfc9f6 ffef81e726ba67d9	5,00	R\$ 165,20
13053101	53900.0299152015-12.rtf	3aa423b480921a54 10d9c3bbe1bfc3de	5,00	R\$ 165,20
13053102	53900.0353412015-11.rtf	feffc67453a5cbad 52482dbe5714bfc6	5,00	R\$ 165,20
13053103	53900.0398382015-09.rtf	593938f3e9fe9fbb 712d7d362b45c8cd	5,00	R\$ 165,20
13053104	53900.0442072015-01.rtf	63776e7e7e2dee6a 6aef67375ba9a429	5,00	R\$ 165,20
13053105	53900.0488342015-11.rtf	8a9716747c74e9bb e23d37b7c54b8437	5,00	R\$ 165,20
13053106	53900.0502722016-49.rtf	37cd598ae47bd8e0 6e74bbafac1c61d2	5,00	R\$ 165,20
13053107	01250.0105092016-57.rtf	6cf77003a460a469 fd32f93f26d2a55c	5,00	R\$ 165,20
13053108	01250.0112892016-89.rtf	910fa1a72696861a e9d5fae4a121aebe	5,00	R\$ 165,20
13053109	01250.0404762019-12.rtf	4bc6344b3b39b5e8 3eba9beee36bb348	5,00	R\$ 165,20
13053110	01250.0586472017-06.rtf	a2daee2957bf9c12 45ac6cb15cd832a2	5,00	R\$ 165,20
13053111	01250.0757832017-52.rtf	1244199a4d3c777d 587e5f448bc0e85c	5,00	R\$ 165,20
13053112	01250.0798832017-58.rtf	c21bea0e22ddda51 31aab06829901755	5,00	R\$ 165,20
13053113	01250.0800612017-10.rtf	d810459832964713 f6d0373835a1ba47	5,00	R\$ 165,20
13053114	01250.0804862017-29.rtf	5a6dcfad6f591e71 1e114e29522f68bb	5,00	R\$ 165,20
TOTAL DO OFICIO			90,00	R\$ 2.973,60



Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.098/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53680.000863/1998 e nº 01250.040476/2019-12, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de janeiro de 2020, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú, CNPJ nº 02.587.094/0001-72, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Grajaú, estado do Maranhão.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.099/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53640.001824/1998-32 e nº 53900.050272/2016-49, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de julho de 2017, a autorização outorgada à Associação Novo Horizonte dos Moradores do Bairro Santa Cruz e Adjacências, inscrita no CNPJ nº 02.711.681/0001-21, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmas de Monte Alto, estado da Bahia.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.100/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53670.000695/1998 e nº 53900.048834/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade Goiás, inscrita no CNPJ nº 02.831.130/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Trindade, estado de Goiás.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.101/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000036/1999-91 e nº 53900.044207/2015-01, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de São Bento, inscrita no CNPJ nº 02.987.755/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Bento, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.102/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001345/1998 e nº 01250.080486/2017-29, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de 2018, a autorização outorgada à Sociedade Comunitária Navegantes, inscrita no CNPJ nº 02.766.650/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.103/SEI-MCOM, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000964/1999 e nº 01250.011289/2016-89, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de novembro de 2017, a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.141/SEI-MCOM, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.004091/2019-91, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Salto Magessi - ACSM, CNPJ nº 32.453.297/0001-37, cuja sede se situa na Avenida das Araras, nº 5, Lote 5, Quadra 13, Centro, na localidade de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.142/SEI-MCOM DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044284/2018-02, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Amigos Vilaboense, CNPJ nº 30.995.597/0001-12, cuja sede se situa na Rua Odilon Barros, s/nº, Centro, na localidade de Vila Boa, Estado do Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA Nº 1.153/SEI-MCOM, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Renovar a permissão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.066767/2015-17, invocando as razões presentes nas Notas Técnicas nº 1703/2020/SEI-MC e nº 4553/2020/SEI-MCOM, chanceladas pelo Parecer Jurídico n.º 079/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 4 de março de 2016, a permissão outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda., nos termos da Portaria nº 257, de 24 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 4 de março de 1976, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 735, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Regulamento sobre Exploração do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual, o Regulamento Geral de Portabilidade e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no art. 19 da LGT, que atribui à Agência a competência de adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e, especialmente, exercer o poder normativo relativamente às telecomunicações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet, traz princípios e regras de alto nível aplicáveis à Internet das Coisas, essenciais para a manutenção de seu caráter de infraestrutura de alcance global;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019, que instituiu o Plano Nacional de Internet das Coisas, em seu art. 8º, § 2º, atribuiu competência à Anatel para regulamentar e fiscalizar os sistemas de comunicação máquina a máquina, incluídas as redes de telecomunicações, os dispositivos de acesso, o ambiente ao seu redor ou sistemas de dados a ele conectados por meio dessas redes;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 39, de 5 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 892, de 29 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.060032/2017-46, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 7º do Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), aprovado pela Resolução nº 550, de 22 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º
....."

Parágrafo único. O Credenciado pode deter Contrato para Representação com mais de uma Prestadora Origem em uma determinada Área de Registro."

Art. 2º O artigo 16 do Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), aprovado pela Resolução nº 550, de 22 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. O Credenciado pode, de comum acordo entre as partes, utilizar os acordos de atendimento a Usuários Visitantes da Prestadora Origem, assim como os acordos de uso de radiofrequências desta com as demais autorizadas do SMP, ou firmar os seus próprios acordos."



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.011289/2016-89.**

Entidade: **CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM.**

Assunto: **COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. PORTARIA PUBLICADA.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Por meio da Portaria nº 1103, de 03 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2020, renovou-se a outorga do CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de BOTUMIRIM/MG. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 01250.011289/2016-89, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, para posterior encaminhamento ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 25/02/2021, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 17/03/2021, às 10:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 24/03/2021, às 20:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6271294** e o código CRC **33EB3051**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.011289/2016-89

SEI-MCOM nº 6271294

Ofício Interno nº 3544/2021/MCOM

Brasília, 3 de maio de 2021

Ao Senhor
Bruno Lins
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (5995788)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1103/2020/SEI-MCOM (6046481), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Outorga (5995788), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 03/05/2021, às 16:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7172770** e o código CRC **C673F67C**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 3544/2021/@setor@ - Processo nº 01250.011289/2016-89 - Nº SEI: 7172770

Brasília, 10 de maio de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o Processo nº 01250.011289/2016-89, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim, inscrita no CNPJ nº 00.800.411/0001-61, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de novembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Botumirim, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3253/2020/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 1103, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2020. [Portaria de Renovação]
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 15702/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação da outorga de autorização de radiodifusão -
Processo nº 01250.011289/2016-89.**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata da renovação da outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 23/07/2021, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7915812** e o código CRC **81DC39AF**.